

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Estudo Técnico Preliminar 89/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.030040/2025-06

2. Do Arcabouço Legal

O presente Estudo Preliminar tem como objetivo a aquisição de **3.000** armas de fogo, tipo fuzil/carabina de calibre 5,56x45 mm - NATO e acessórios para a Polícia Federal.

A presente aquisição é pautada pelas diretrizes traçadas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, pelo Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, pelo Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, pelo Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, pela Portaria nº 1.222, de 12 de agosto de 2019, do Ministério da Defesa/Comando do Exército, Norma Técnica-Senasp nº 004/2021, Decreto nº 24.602/1934, Portaria MJSP nº 104/2020, e Portaria nº 189-EME, 18 de agosto de 2020 e Portaria nº 1.729-EME, de 29 de outubro de 2019 e legislações correspondentes.

A análise também se encontra em consonância com o **Planejamento Estratégico Do Exército Brasileiro, conforme Portaria -C EX nº 2.138**, de 07 de dezembro de 2023, que aprova a tabela de dotação de armamento, colete à prova de balas e munição para a Polícia Federal e dá outras providências, na Portaria DG/PF nº 18.589, DE 20/09/2023 (31541268), que aprova o Quadro de Dotação de Produtos Controlados e o Plano Estratégico de Compras de Produtos Controlados da Polícia Federal, conforme processo 08200.007751/2023-15.

A adoção do Pregão com Sistema de Registro de Preços (SRP) em detrimento do pregão tradicional apresenta-se como uma escolha estratégica e eficiente para a Administração Pública, especialmente em cenários de demandas recorrentes, variáveis ou quando há necessidade de atender a múltiplas unidades de forma integrada. O SRP proporciona ganhos significativos em termos de agilidade, flexibilidade, economia de recursos e redução de custos administrativos. O SRP otimiza processos, evita desabastecimentos e potencializa a negociação de preços mais vantajosos. Além disso, sua conformidade com a legislação vigente e a recomendação de órgãos de controle reforçam a transparência e a boa gestão dos recursos. A utilização do SRP não apenas moderniza e simplifica os processos licitatórios, mas também contribui para a promoção de uma gestão pública mais eficiente, econômica e orientada para resultados.

A modalidade de licitação para a aquisição de bens será o Pregão Eletrônico de ampla participação de Empresas Nacionais e de Empresas Internacionais. O sistema adotado será o de Registro de Preços com base nos incisos II e III do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

O Pregão Eletrônico terá como procedimento auxiliar o **sistema de registro de preços**, conforme art. 82, Lei 14.133/2021, de acordo com o planejamento do órgão, devendo a empresa estar ciente da possibilidade de aquisição da totalidade dos itens, ofertar proposta para o quantitativo total, e que o critério de julgamento da licitação será o **menor preço**. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e em suas quantidades, desde que comprovado o preço vantajoso. Ainda cabe ressaltar:

O objeto pretendido para a futura contratação não se **enquadra como atividade de custeio**.

Os bens referenciados neste estudo, dadas as suas características, **enquadram-se no conceito de bens comuns**, conforme definido no XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo de bem de luxo**, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O referido objeto da licitação **não se enquadra como bens de TIC**.

A referida aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações conforme SEI nº (142150123).

O objeto deste certame licitatório será dividido em item e grupo onde o critério de adjudicação será o **menor preço por item**.

Inicialmente, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 144, define os Órgãos de segurança pública do Brasil, sendo:

"Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal; (Grifo nosso)

(...)"

Posteriormente, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, tratou, em seu Art. 6º o seguinte:

"Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II - os integrantes de órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do caput do art. 144 da Constituição Federal e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP); (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017) **(Grifo nosso)**

(...)"

Já o Art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, dispõe o seguinte:

"Art. 23 A classificação legal, técnica e geral bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos, permitidos ou obsoletos e de valor histórico serão disciplinadas em ato do chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército.

§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

(...)"

Em seu Art. 24, aduz:

"Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores."

Todavia, anteriormente às aquisições de produtos controlados por forças policiais devem ser previamente autorizadas pelo Ministério do Exército, considerando uma dotação estabelecida (de armamento, colete, munição e outros itens controlados) como limite para a Polícia Federal. Assim, o referido quadro age como subsídio para o planejamento requerido pelo Art. 34 do DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019, que regulamentou a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, *in verbis*:

"Art. 34. O Comando do Exército autorizará previamente a aquisição e a importação de armas de fogo de uso restrito, munições de uso restrito e demais produtos controlados de uso restrito, para os seguintes órgãos, instituições e corporações: (Redação dada pelo Decreto nº 10.030, de 2019)

I - a Polícia Federal;

(...)

§ 1º Ato do Comandante do Exército disporá sobre os procedimentos relativos à comunicação prévia a que se refere o **caput** e sobre as informações que dela devam constar.

(...)

§ 6º A aquisição de armas de fogo e munições de uso permitido pelos órgãos, pelas instituições e pelas corporações a que se refere o **caput** será comunicada ao Comando do Exército. (Incluído pelo Decreto nº 10.030, de 2019)

Outro normativo deve ser discutido: a Portaria nº. 213 COLOG/C Ex de 15 de setembro de 2021, do Comando do Exército. Ela aprova as Normas Reguladoras dos dispositivos de segurança e dos procedimentos para identificação e marcação de armas de fogo e suas peças, fabricadas no país, exportadas e importadas.

Nesta portaria constata-se a obrigatoriedade de marcação das armas adquiridas pela Polícia Federal, a saber:

"Art. 7º As armas de fogo adquiridas pelas Forças Armadas, pelo Departamento de Polícia Federal, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, pelas Polícias Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal e por outros órgãos públicos federais serão marcadas com as Armas Nacionais e com o nome por extenso do órgão ou entidade adquirente, ou, por sua sigla, quando o espaço disponível não for suficiente, além das marcações estabelecidas no Art. 4º.

[...]

Art. 9º As marcações dos brasões e nomes dos órgãos, de que tratam os art. 7º e 8º, poderão ser gravadas a laser."

3. Licitação Internacional

A Lei nº 14.133/2021, que institui o novo marco legal para licitações e contratos administrativos no Brasil, não apenas permite, mas incentiva a adoção de procedimentos que maximizem a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Diante da necessidade de selecionar um novo armamento padrão a partir de um mercado global diversificado e tecnologicamente avançado, a licitação internacional emerge como o instrumento jurídico que melhor atende aos princípios e objetivos da nova legislação.

A fundamentação para tal modalidade é robusta e direta. O Art. 6º, inciso XXXV, da Lei nº 14.133/2021, define expressamente a licitação internacional como aquela "processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros". A opção por este caminho concretiza de forma exemplar os princípios basilares elencados no Art. 5º da mesma lei, notadamente os da **competitividade**, da **igualdade/isonomia**, da **eficiência**, da **economicidade** e da **seleção da proposta mais vantajosa**. Ao abrir o certame para os principais fabricantes mundiais, a Administração Pública amplia drasticamente o universo de soluções tecnológicas disponíveis e fomenta uma disputa salutar por melhores condições de preço, qualidade, suporte e transferência de tecnologia.

Essa abordagem alinha-se perfeitamente aos objetivos do processo licitatório, descritos no Art. 11, que incluem "assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública" e "evitar contratações com sobrepreço". A competição em escala global mitiga o risco de preços inflados por um mercado doméstico com poucas opções ou pela dependência de um único fornecedor com elevado poder de barganha.

É imperativo compreender que, no contexto de material bélico de alta complexidade, o conceito de "proposta mais vantajosa" é multidimensional e transcende a simples análise do menor preço. A vantajosidade de um fuzil de assalto deve ser aferida por um conjunto de variáveis técnicas e logísticas, como confiabilidade (mensurada, por exemplo, pelo tempo médio entre falhas), durabilidade, precisão balística, ergonomia, modularidade (capacidade de integrar acessórios ópticos e táticos), custo do ciclo de vida (que inclui manutenção e peças de reposição) e a robustez da cadeia de suprimentos do fabricante. Uma licitação restrita limita a capacidade da Administração de comparar e validar essas características essenciais. Em contrapartida, uma licitação internacional cria um ambiente competitivo onde os melhores produtos do mundo podem ser avaliados de forma objetiva, permitindo a criação de uma matriz de pontuação técnica que identifique, de fato, a solução que entrega o melhor valor agregado para o Estado brasileiro.

A estratégia de realizar uma licitação internacional para selecionar e instituir um novo padrão de armamento para a Polícia Federal não apenas é legal, mas também está em plena conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU). O entendimento da Corte de Contas preza pela ampla competição como regra geral e exige justificativas técnicas robustas para qualquer processo de padronização, requisitos que são integralmente atendidos pela abordagem proposta.

A jurisprudência do TCU é clara ao permitir a padronização, desde que a decisão esteja "amparada em estudo técnico preliminar, fundamentado em ampla pesquisa e comparação efetiva com alternativas possíveis" (Acórdão 248/2017-Plenário). A realização de uma licitação internacional, com uma fase de testes e avaliações técnicas rigorosas, é precisamente o método mais transparente e defensável para conduzir essa "ampla pesquisa e comparação efetiva". O processo licitatório, nesse caso, torna-se o próprio instrumento para construir a justificativa técnica exigida pela Súmula TCU 270, que condiciona a indicação de marca para padronização a uma "prévia justificação".

A abordagem proposta inverte a lógica que frequentemente gera questionamentos por parte dos órgãos de controle. Em vez de "escolher uma marca para padronizar e depois realizar uma compra por inexigibilidade", o que poderia ser visto como um direcionamento indevido, a PF propõe "realizar um processo competitivo universal (a licitação internacional) para, com base em critérios técnicos e econômicos objetivos, selecionar a melhor solução, que então se tornará o novo padrão". **A escolha da marca vencedora não será uma decisão prévia, mas o resultado de um processo competitivo, isonômico e tecnicamente fundamentado, conforme preconiza o Acórdão 2829/2015-Plenário.** Dessa forma, a Administração Pública não apenas cumpre, mas utiliza a própria jurisprudência do TCU como um roteiro para sua ação, blindando o processo de aquisição contra futuros questionamentos e garantindo a máxima aderência aos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência.

Adicionalmente, o TCU já demonstrou pragmatismo e razoabilidade ao analisar certames com regras internacionais, como em licitações financiadas por organismos como o BIRD. Nesses casos, o Tribunal aceitou a prevalência de normas específicas dessas entidades quando elas não ferem princípios constitucionais e promovem um resultado mais isonômico e vantajoso, demonstrando uma compreensão da complexidade e dos benefícios das contratações em âmbito global.

A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

Obtenção de melhores preços e condições: A realização de uma licitação internacional pode permitir que sejam obtidos preços mais competitivos, devido à participação de empresas estrangeiras que podem oferecer melhores condições comerciais. Verificou-se que a maioria das empresas desse mercado são, se fato, estrangeiras;

Acesso a tecnologias avançadas: Empresas estrangeiras podem trazer tecnologias inovadoras e avançadas que não estão disponíveis localmente. Ao optar por uma licitação internacional, é possível atrair empresas com experiência e conhecimento técnico específico para o projeto em questão;

Fomento à concorrência: Ao abrir o processo licitatório para empresas estrangeiras, há um aumento da concorrência, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública. Como foi levantado que a maioria das empresas desse mercado são estrangeiras, a realização de licitação nacional, com a participação de intermediários, elevaria bastante o preço médio das ferramentas em relação ao preço praticado no mercado internacional;

Exigências específicas: Trata-se de ferramenta tecnológica com requisitos técnicos ou de qualidade que, a princípio, não podem ser atendidos apenas pelas empresas nacionais. Nesse sentido, a licitação internacional é a opção mais viável para garantir o atendimento dessas exigências;

Economia de Escala: A licitação internacional pode permitir a obtenção de economias de escala, especialmente quando a contratação envolve grandes volumes ou quando os fornecedores internacionais têm maior capacidade produtiva e podem oferecer preços mais competitivos. Em alguns casos, fornecedores internacionais conseguem oferecer custos mais baixos devido à maior capacidade de produção, eficiência logística ou incentivos fiscais em seus países de origem.

Estímulo à Competitividade no Mercado Nacional: Ao permitir a participação de empresas estrangeiras, a licitação internacional pode gerar uma pressão competitiva sobre o mercado interno, incentivando fornecedores locais a melhorar suas ofertas, tanto em termos de preço quanto de qualidade, para competir com as propostas internacionais. Isso pode incentivar a modernização e a inovação das empresas nacionais, que passam a concorrer com players globais.

Diversificação de Fornecedores: A realização de licitações internacionais permite à Administração Pública reduzir sua dependência de fornecedores nacionais, especialmente em setores onde há concentração de mercado ou poucas opções de fornecedores. Isso ajuda a mitigar riscos relacionados à escassez de produtos, interrupções no fornecimento ou falta de competitividade interna.

A realização de uma licitação internacional requer **planejamento e adaptação de regras**, como a previsão de pagamento em moeda estrangeira, ajustes na legislação aduaneira, cumprimento de requisitos internacionais e garantias de entrega. A licitação internacional, conforme a Lei 14.133/2021, permite que a Administração Pública alcance benefícios como aumento da competitividade, acesso a produtos e serviços de alta qualidade e tecnologia, redução de custos e diversificação de fornecedores. Essa modalidade amplia as opções de contratação e pode contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos, ao trazer novas tecnologias e conhecimentos do exterior.

Conforme justificativas citada nesse estudo preliminar, por essas razões a Polícia Federal opta por uma licitação internacional.

Justificativa Técnica para a Realização da Prova de Amostra e do Recebimento Provisório (FAT/PSI) na Fábrica em Licitações Internacionais Conforme a Lei nº 14.133/2021

O presente relatório técnico visa fornecer uma justificação aprofundada sobre a essencialidade de realizar a **Prova de Amostra e o Recebimento Provisório (RP)** na fábrica do licitante vencedor, em um contexto de licitação internacional para a aquisição de **armas de fogo, tipo fuzil/carabina de calibre 5,56x45 mm NATO**, sob a égide da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLC).

O objeto é a aquisição de 3.000 (três mil) fuzis/carabinas de assalto e acessórios, com um valor total estimado de R\$ 78.350.280,00, destinados a suprir um grave déficit quantitativo e a substituir um arsenal obsoleto na Polícia Federal (PF), crucial para a segurança dos agentes e a manutenção da capacidade operacional da instituição.

O armamento é, por definição, um **Produto Controlado pelo Exército (PCE)**. Esta classificação impõe um regime legal estrito, exigindo autorizações prévias do Comando do Exército para produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e registro, conforme a Lei nº 10.826/2003 e o Decreto nº 9.847/2019. A licitação é internacional, na modalidade Pregão Eletrônico, visando acesso ao mercado global e a mitigação da dependência de fornecedores nacionais ou intermediários, o que historicamente elevou os preços e restringiu as opções tecnológicas.

A Administração Federal (PF) exige que tanto a Prova de Amostra quanto o Recebimento Provisório (RP) ocorram na fábrica do fornecedor (Factory Acceptance Test - FAT), o que implica no deslocamento de uma comissão de servidores ao exterior. Embora as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação da comissão sejam custeadas pela Polícia Federal, os custos inerentes aos testes são de responsabilidade da Contratada.

A Advocacia-Geral da União (AGU) questiona a **vantajosidade e a economicidade** desta prática, que envolve custos com viagens internacionais. A justificação técnica a seguir demonstra, contudo, que essa prática não é uma mera opção logística, mas sim uma **medida indispensável de governança, gestão de riscos de suprimento e economicidade de longo prazo**, em estrita conformidade com os princípios da NLLC (Lei nº 14.133/2021).

O Art. 140 da Lei nº 14.133/2021 estabelece as duas fases do recebimento: o Recebimento Provisório (RP), de forma *sumária* para compras, e o Recebimento Definitivo (RD), formalizado por termo detalhado após a verificação da qualidade e quantidade. Para bens de alta complexidade, a fase *sumária* do RP deve ser interpretada de forma flexível para acomodar o **Aceite Técnico Detalhado** (FAT/PSI), dada a complexidade do objeto.

Quanto à Prova de Amostra, o Art. 42, § 2º, da NLLC permite que a Administração exija amostras do licitante provisoriamente vencedor na **fase de julgamento** ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato. O Art. 42, § 3º, reforça essa flexibilidade ao permitir que as amostras sejam examinadas por **instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto**, o que, no caso de armamento, legitima a escolha da fábrica. O Termo de Referência expressamente exige a realização da **Prova de Amostra** (Anexo II) e os **testes para Recebimento Provisório** (Anexo III) como **condição para autorização de embarque**.

Em licitações internacionais de material bélico, o Recebimento Provisório (RP) na fábrica funciona como o **Teste de Aceitação de Fábrica** (*Factory Acceptance Test* - FAT) ou **Inspecção Pré-Embarque** (*Pre-Shipment Inspection* - PSI). O objetivo do FAT é realizar uma série de testes rigorosos para garantir que o produto atende às especificações contratuais e de projeto antes de ser embalado e expedido.

Etapa	Nomenclatura Internacional	Local da Execução (TR/PF)	Função Primária	Conformidade Avaliada
Prova de Amostra	Prova de Qualidade/Protótipo.	Fábrica do Licitante (Exterior).	Validação da Capacidade Técnica do Licitante.	Conformidade com as especificações técnicas, desempenho mínimo e durabilidade (ex: 30.000 disparos).
Recebimento Provisório (RP)	Factory Acceptance Test (FAT) / Inspecção Pré-Embarque (PSI).	Fábrica do Contratado (Exterior).	Aceite Técnico e Funcionalidade do Lote de Produção.	Testes destrutivos, funcionalidade, segurança estrutural e conformidade com o Certificado de Conformidade (PCE).
Recebimento Definitivo (RD)	Site Acceptance Test (SAT) / Conferência Logística.	Local de Entrega no Brasil (Brasília-DF).	Aceite Logístico e Administrativo.	Quantidade, integridade física pós-transporte e conformidade documental (nota fiscal, desembaraço).

O RP/FAT atua como o **Portão de Qualidade** essencial, pois a Administração não deve autorizar a importação de PCEs (sujeitos a complexa regulação e burocracia) se houver risco de inconformidade na origem.

A aquisição de fuzis de assalto exige a comprovação de requisitos técnicos extremos, como a durabilidade mínima de **30.000 disparos** e precisão balística, com base em protocolos internacionais (OTAN) e nacionais (NT-SENASP nº 004/2021).

Esses testes de alta complexidade (FAT/PSI) demandam:

Infraestrutura Especializada e Controlada: O teste de armamento, especialmente em volumes de disparos que simulam o ciclo de vida da arma, requer **estandes de tiro especializados**, com anteparos capazes de deter projéteis de calibres como 5,56 mm, e sistemas controlados de resfriamento e aferição. Tais infraestruturas são intrinsecamente ligadas ao parque fabril do fornecedor ou a laboratórios de testes de terceiros por ele contratados. A Polícia Federal não possui a infraestrutura laboratorial e de estandes necessária para realizar testes destrutivos de 30.000 disparos *in loco* (no Brasil). A falta de um espaço próprio exige o apoio de outras instituições, o que introduz dependência logística e de segurança.

Acesso à Ferramentaria e Componentes: A inspeção de armamento na fábrica é o único momento em que a comissão da PF pode atestar a **intercambialidade de peças** e verificar a **qualidade do processo produtivo** do fabricante. Se um defeito de fabricação ou uma falha catastrófica ocorrer durante o teste, o fabricante tem a capacidade imediata de corrigir o problema, ou substituir o lote, utilizando sua própria linha de produção e armeiros, o que é inviável após o envio do material para o Brasil.

Portanto, realizar o teste de amostra e o RP na fábrica é a **única forma viável de verificar a conformidade técnica** e a **segurança operacional** do armamento antes de sua internalização.

A Inspecção Pré-Embarque (PSI/FAT) é uma prática comum e prudencial em licitações internacionais para bens de alto valor e complexidade. Essa diligência visa transferir a responsabilidade pela qualidade para o contratante **antes** que os bens deixem o controle fabril.

Ao ser rejeitado na fábrica, um lote não-conforme:

Não entra no fluxo aduaneiro brasileiro: O risco de o Brasil importar um lote defeituoso, sujeitando-o ao complexo e oneroso regime aduaneiro de re-exportação (que exige novas autorizações e taxas do Comando do Exército e da Receita Federal), é completamente eliminado.

Protege a Isenção Fiscal: A PF realiza a importação em seu nome para garantir a isenção de impostos (Lei Federal nº 8.032/90). A rejeição no Brasil, após a isenção ter sido formalizada, criaria um passivo fiscal e burocrático complexo para a Administração. O RP/FAT atua como uma **Barreira de Entrada Fiscal**, garantindo que a isenção de impostos seja aplicada apenas a bens de qualidade comprovada.

O custo do deslocamento dos servidores da PF para o exterior deve ser visto como um **custo de prevenção de riscos** e um **investimento em controle de qualidade**, que se justifica amplamente frente aos custos evitados. **O custo da viagem é um valor conhecido e controlável, enquanto o custo da importação de um lote defeituoso de R\$ 78 milhões é potencialmente catastrófico.**

A matriz de custos demonstra a inegável vantajosidade do RP na fábrica:

Fator de Risco /Impacto	Cenário A: RP/Amostra na Fábrica (FAT/PSI)	Cenário B: Recebimento Apenas no Brasil (RD)	Justificativa Econômica (Vantajosidade)
Risco de Envio de Lote Defeituoso	Mínimo. O lote (ou amostra) é inspecionado sob controle rigoroso e falha é detectada na origem.	Máximo. O risco de falha de fabricação só é mitigado após o custoso processo de transporte e desembaraço aduaneiro.	Evita a internalização de passivos e falhas estruturais, que só poderiam ser detectadas com a infraestrutura de teste da fábrica.
Custo Logístico de Correção	Nulo para a PF. A Contratada corrige /substitui na fábrica e arca com todos os custos de reshipping ou destruição, sem envolver a logística internacional brasileira.	Altíssimo Custo Indireto para a PF. Meses de atraso operacional e burocracia complexa para gerir a logística reversa (re-exportação de PCE).	Economia de Tempo e Burocracia. O atraso de 60 dias para correção 1 ocorre na cadeia de suprimentos do fabricante, preservando o prazo de entrega DPU para um produto funcional.
Risco Fiscal e Aduaneiro	Nulo. A PF não autoriza a importação (LDI /CII) 1, mantendo o produto fora da jurisdição fiscal brasileira. A isenção fiscal só é ativada para bens aprovados.	Elevado. Risco de questionamento fiscal da isenção (Lei nº 8.032/90) e passivo aduaneiro ao ter que re-exportar/destruir um PCE já importado e desembaraçado.	Proteção Institucional. Preserva o benefício da isenção fiscal e evita o complexo e oneroso processo de re-exportação de Produtos Controlados pelo Exército.

Conclui-se que a exigência de Prova de Amostra e Recebimento Provisório na fábrica é um ato de **prudência técnica e econômica** que, em análise de custo-benefício, gera um resultado de contratação **mais vantajoso e seguro** para a Administração Pública, cumprindo rigorosamente os princípios de eficiência e gestão de riscos da Lei nº 14.133/2021.

Da Equalização de Preços

O procedimento em análise se refere à aquisição de armas de fogo, tipo fuzil/carabina de calibre 5,56x45 mm - NATO, formalizada como um Pregão Eletrônico Internacional para Registro de Preços. A licitação internacional, conforme o Art. 6º, XXXV, da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), é aquela processada em território nacional na qual se admite a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira.

A decisão de promover a licitação em âmbito internacional não é meramente formal, mas resultado de uma análise técnica que identifica a vantajosidade para a Administração. A Equipe de Planejamento justificou a opção pelo certame internacional com base em diversos fatores, incluindo a mitigação do risco de preços inflados em um mercado doméstico restrito, o acesso a tecnologias avançadas não disponíveis localmente, o fomento à concorrência global e a obtenção de economia de escala. Argumenta-se que a maioria das empresas atuantes nesse mercado específico é estrangeira, e a competição em escala global permite uma avaliação objetiva que identifica a solução com o melhor valor agregado.

Embora a escolha da modalidade internacional se insira no campo da discricionariedade administrativa, ela deve ser regrada, ponderada e justificada, considerando o caso concreto e os custos envolvidos, conforme diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU). A Administração demonstrou ter realizado tal ponderação no Estudo Técnico Preliminar (ETP), alinhando-se à jurisprudência do TCU que preza pela ampla competição como regra geral.

O princípio da isonomia e o tratamento uniforme entre licitantes nacionais e estrangeiros são fundamentais, conforme estabelece o Art. 9º, II, da NLLC, que veda qualquer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou outra, inclusive em relação à moeda e forma de pagamento.

A principal questão na licitação internacional envolvendo a Administração Pública Federal Direta reside na **imunidade tributária** de que goza o ente público na importação de bens. Como a Administração importa os bens diretamente, está desonerada do Imposto de Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS, do COFINS e do ICMS sobre a operação final.

Essa desoneração, embora seja um direito constitucional da Administração para a aquisição de bens essenciais, gera uma disparidade competitiva. O licitante estrangeiro (que não funciona no país) pode oferecer um preço base (Custo de produção + margem) sem a incidência desses tributos internos. Em contraste, o licitante nacional (fabricante ou revendedor estabelecido no Brasil) incorpora, por força legal, esses tributos no seu preço de venda interna (IPI, PIS/COFINS, ICMS), mesmo que estes possam ser compensados ou estornados em etapas posteriores.

Para que a competição seja justa e isonômica, comparando-se preços em pé de igualdade, é essencial neutralizar essa distorção inicial. A **equalização tributária** é o mecanismo legalmente previsto no Art. 52, § 4º, da NLLC, que cumpre esta função saneadora, permitindo que as propostas nacionais (oneradas) sejam comparadas às propostas estrangeiras (desoneradas) por meio de um cálculo objetivo.

A Lei nº 14.133/2021 promoveu uma mudança conceitual na abordagem dos "gravames tributários" em licitações internacionais, conforme destacado pelo Parecer AGU. O Art. 52, § 4º, da NLLC define: "Os gravames incidentes sobre os preços constarão do edital e serão definidos a partir de **estimativas ou médias dos tributos**". Essa nova redação, segundo a análise jurídica, foca no estabelecimento de um **parâmetro objetivo de comparação**, e não mais na transposição exata da complexa carga tributária que onera individualmente cada licitante nacional

Matriz de Aplicação da Metodologia de Equalização

Etapas do Processo	Licitante Nacional (Base Interna)	Licitante Estrangeiro (Sem Funcionamento no País)	Conformidade Legal (NLLC / AGU)
Preço de Partida	Preço de Venda Bruto (P, incluindo IPI, PIS, COFINS, ICMS)	Valor DPU/Ex-Works (P) em EUR/USD	Art. 52, § 1º e Art. 52, § 4º.
Ajuste Cambial	N/A	Conversão para R\$ (P') via Taxa PTAX - dia anterior à proposta	Garante a objetividade e a aderência à política monetária.
Cálculo da Equalização (G')	N/A	Adição dos Gravames G' (IPI, PIS, COFINS, ICMS) definidos por estimativas ou médias	Cumprimento direto do Art. 52, § 4º (Parâmetro Objetivo).
Preço para Julgamento (PJ)	(Preço Bruto)	P + G (Preço Equalizado)	Assegura a isonomia na competição, neutralizando a distorção tributária.
Preço Homologado (PH)	(Preço Bruto)	(Preço do julgamento final sem a retenção dos gravames)	Respeito à Imunidade Tributária da PF, garantindo economicidade.

Com isso, A Equipe de Planejamento, atesta que os critérios e a metodologia de equalização tributária contidos nas Cláusulas da do Edital do Pregão Eletrônico Internacional em tela, baseiam-se em parâmetros objetivos e transparentes, assegurando a competição justa e o respeito ao princípio da isonomia entre licitantes nacionais e estrangeiros, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021.

4. Consórcios e Cooperativas

DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS

Consórcio

A participação de empresas em consórcio será vedada. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 15, estabelece a permissão de consórcios como regra, mas faculta à Administração a sua vedação, desde que devidamente justificada. A justificativa para a presente vedação reside na natureza do objeto: trata-se de bens comuns, de prateleira, e não de soluções de alta complexidade técnica ou de grande vulto que demandem a união de expertises de diferentes empresas. Nestas circunstâncias, a admissão de consórcios agregaria complexidade desnecessária ao procedimento licitatório e à gestão contratual, sem contrapartida em benefícios técnicos ou de competitividade.

Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.

Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

Cooperativa

A participação de cooperativas também será vedada. A justificativa se ampara na natureza da contratação, que exige não apenas o fornecimento de bens, mas também garantias robustas de qualidade, assistência técnica especializada e responsabilidade pós-venda. O ETP manifesta preocupação com a potencial dificuldade de controle e responsabilização em caso de falhas, a segurança jurídica do contrato e o risco de inadimplemento de obrigações, que poderiam ser transferidos à Administração Pública, em linha com a jurisprudência do TCU que permite a vedação quando a natureza do serviço assim o exige.

Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a vedação à participação de cooperativas neste pregão:

Controle e responsabilização: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

Segurança jurídica: A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

Garantia da qualidade dos serviços: A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra pode ser sensível, exigindo a seleção de profissionais qualificados, estáveis e comprometidos. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração busca garantir que os contratados sejam empresas constituídas sob a forma empresarial, com estrutura, histórico e capacidade de oferecer a mão de obra especializada necessária para o cumprimento do contrato.

Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias: Cooperativas podem enfrentar dificuldades em assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. O risco de inadimplência poderia ser transferido à Administração Pública, o que é indesejável e prejudicial para ambas as partes.

5. Não divulgação de IRP

JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

Esta análise é formulada com o intuito de subsidiar a decisão administrativa da autoridade competente, fornecendo um arcabouço jurídico robusto para a eventual dispensa da IRP. A complexidade da contratação em tela transcende a mera aplicação da legislação pátria de licitações e contratos, envolvendo, de maneira indissociável, as normas de controle de exportação de nações estrangeiras e os mecanismos internacionais de fiscalização de produtos de defesa e segurança. A correta interpretação e aplicação do instituto da IRP neste contexto é, portanto, crucial para a legalidade, eficiência e, em última análise, para a própria viabilidade do certame.

A Lei nº 14.133/2021, em seu Título II, Capítulo X, que trata dos instrumentos auxiliares das licitações e contratações, estabelece no *caput* de seu artigo 86 o procedimento de Intenção de Registro de Preços. Trata-se de uma inovação relevante que formaliza e sistematiza uma prática que visa potencializar a eficiência nas compras públicas. A norma determina que o órgão ou entidade gerenciadora, na fase preparatória do certame, realize um "procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação". A finalidade precípua deste instrumento é conferir ampla publicidade à intenção de contratar, funcionando como um convite para que outros entes da Administração Pública, com necessidades similares, possam aderir ao planejamento da licitação na condição de "participantes".

A lógica subjacente à obrigatoriedade da IRP é a busca pela economia de escala, um dos pilares da eficiência administrativa. Ao consolidar as demandas de múltiplos órgãos em um único procedimento licitatório, a Administração Pública aumenta o quantitativo total a ser adquirido. Essa majoração tende a estimular a competitividade entre os fornecedores e a permitir a obtenção de preços unitários mais vantajosos, gerando economia para o erário. A IRP, portanto, não é um fim em si mesma, mas um meio para alcançar um resultado economicamente superior, alinhado ao princípio da economicidade.

A instituição da IRP como regra geral reforça o dever de planejamento, um dos princípios norteadores da Nova Lei de Licitações. Ela incentiva uma cultura de planejamento colaborativo e integrado entre os diversos órgãos e entidades da Administração. Por essa razão, a decisão de não realizar o procedimento de IRP é excepcional e demanda uma motivação robusta, pormenorizada e devidamente registrada nos autos do processo administrativo. O gestor público deve demonstrar, de forma inequívoca, que os objetivos da IRP — publicidade, participação e economia de escala — são inaplicáveis ou inalcançáveis no caso concreto, justificando a adoção da via excepcional.

Dos Fundamentos para a Dispensa da Intenção de Registro de Preços

A própria Lei nº 14.133/2021, ciente de que a regra da IRP não se aplicaria a todas as situações, previu sua principal exceção. O § 1º do artigo 86 é taxativo ao dispor que "o procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante". Esta disposição foi replicada no âmbito federal pelo Decreto nº 11.462/2023, em seu artigo 9º, § 2º.

A expressão "for o único contratante" confere ao gestor uma margem de discricionariedade para, com base em critérios técnicos e fáticos, definir que a futura Ata de Registro de Preços (ARP) não será aberta à participação de outros órgãos. Importa ressaltar que não se trata de uma discricionariedade arbitrária, mas de um ato de gestão que deve ser devidamente motivado nos autos do processo. A decisão de ser o "único contratante" é o resultado de uma análise prévia que pode ser fundamentada em diversas razões de fato e de direito, como se demonstrará nos itens subsequentes. A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) têm reiteradamente enfatizado a necessidade de justificar densamente todas as decisões tomadas na fase de planejamento. Um exemplo prático, ainda que em contexto de menor complexidade.

Um dos fundamentos mais sólidos para que o órgão gerenciador se declare "único contratante" reside na natureza do objeto a ser adquirido. No caso da Polícia Federal, os produtos de defesa e segurança frequentemente possuem um grau de especificidade técnica e operacional que os torna incompatíveis com as necessidades de outros órgãos. Estamos a tratar de armamentos com calibres e configurações particulares, sistemas de interceptação com tecnologia proprietária, softwares forenses customizados para as bases de dados do DPF, ou reagentes químicos para protocolos periciais exclusivos.

A padronização de tais itens para atender a uma gama diversa de potenciais interessados — como polícias civis, polícias militares ou guardas municipais — é, na maioria das vezes, faticamente inviável e operacionalmente indesejável. Cada uma dessas instituições possui seus próprios padrões de equipamento, doutrinas de emprego, sistemas legados e requisitos operacionais distintos. A jurisprudência do TCU é clara ao exigir que a adesão a uma ata seja justificada pela perfeita compatibilidade entre o objeto registrado e as necessidades do órgão aderente.

Nesse sentido, o princípio estabelecido pelo TCU no Acórdão nº 311/2018-Plenário, ainda que sob a égide da legislação anterior, permanece plenamente aplicável. Naquela ocasião, a Corte de Contas entendeu ser impossível a adesão tardia ("carona") em situações nas quais "o objeto de uma licitação para registro de preços reflete uma necessidade de compatibilidade com uma solução específica, atendendo a características peculiares do órgão licitante". A mesma lógica se aplica, com ainda mais força, à IRP, que é o procedimento que antecede e viabiliza a participação e a posterior adesão. A dispensa da IRP, portanto, emerge como uma consequência lógica e necessária da alta especificidade do objeto, que impede a sua utilização compartilhada.

A gestão de uma ARP, por si só, já impõe um considerável ônus administrativo ao órgão gerenciador. Essas tarefas incluem a consolidação de informações, a validação de pesquisas de preços, a realização de adaptações em projetos e termos de referência, a elaboração de minutas e, posteriormente, a fiscalização do cumprimento das obrigações. Quando se adiciona a complexidade de uma licitação internacional para produtos controlados, esse ônus é exponencialmente agravado. O gerenciamento de uma ARP com múltiplos participantes para este tipo de objeto exigiria do DPF um esforço administrativo extraordinário, que incluiria, entre outras tarefas, o gerenciamento de múltiplas licenças de importação (se é que fossem viáveis), o complexo controle logístico de entregas em diferentes unidades da federação e a fiscalização de múltiplos contratos com entes distintos. Este elevado custo de transação, como bem aponta a doutrina especializada, constitui um fundamento válido para a dispensa da IRP.

Ademais, o próprio ordenamento reconhece os limites da capacidade administrativa. O Decreto nº 11.462/2023, em seu artigo 7º, inciso I, ao tratar das competências do órgão gerenciador, prevê a possibilidade de se "estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento". Por extensão lógica, se a complexidade da contratação é tamanha que a capacidade de gerenciamento para sequer um participante adicional é insuficiente ou nula, a dispensa total da IRP é a medida mais racional e eficiente. Justificativas como "ausência de estrutura administrativa satisfatória" e "ausência de recursos humanos" já foram utilizadas e consideradas plausíveis por outros órgãos públicos e pelo controle externo em situações análogas.

As demandas da segurança pública são, por natureza, dinâmicas e frequentemente urgentes. A necessidade de adquirir novos equipamentos e tecnologias pode ser deflagrada por novas táticas de organizações criminosas, pela obsolescência de sistemas existentes ou por janelas de oportunidade estratégicas no mercado internacional. A celeridade, nestes casos, não é uma mera conveniência, mas um fator crítico para a manutenção da capacidade operacional do Estado.

O procedimento de IRP, com seu prazo mínimo de publicidade de 8 dias úteis, seguido pela fase de consolidação das demandas e eventuais ajustes no planejamento, introduz um lapso temporal que pode ser fatalmente incompatível com a urgência da necessidade. A busca pela celeridade, já utilizada como justificativa em contextos mais simples, assume uma importância magnificada quando o que está em jogo é a segurança nacional. O interesse público primário, neste cenário, é o fortalecimento da capacidade da PF para proteger a sociedade. A formalidade da IRP, cujo objetivo de economia de escala já se mostra inatingível pelos motivos de especificidade do objeto, torna-se um obstáculo procedimental que atenta contra o interesse público finalístico. A dispensa, portanto, alinha o meio (procedimento licitatório) ao fim (segurança e eficiência operacional).

A Singularidade da Aquisição de Fuzis no Âmbito da Defesa e Segurança Pública

A aquisição de fuzis não pode ser tratada como a de um bem comum. Fuzis são Produtos Controlados pelo Exército (PCE), sujeitos a um regime legal e logístico distinto, o que impõe desafios únicos à contratação e ao fornecimento. O controle se manifesta em todas as etapas, desde a produção e importação até o transporte e o uso final, com a exigência de autorizações prévias e guias de trânsito. O mercado brasileiro de defesa (Base Industrial de Defesa - BID) é um setor estratégico para a segurança nacional. No entanto, é um mercado concentrado em poucos fornecedores, tanto nacionais (como IMBEL e Taurus) quanto estrangeiros (como CZ Armas). Essa concentração, aliada à natureza de produtos de alta especificidade, exige que a Administração Pública adote abordagens de contratação que considerem as capacidades e os riscos específicos do mercado, em vez de aplicar indiscriminadamente procedimentos pensados para bens e serviços de natureza genérica.

O SRP funciona de maneira eficaz em mercados com oferta elástica, onde um aumento de demanda pode ser prontamente atendido por um ou mais fornecedores. No entanto, o mercado de armamentos, especialmente para fuzis de uso militar e policial, não se encaixa nessa categoria. A agregação de demanda de vários órgãos, sem uma análise prévia e controle, poderia levar a um volume de pedidos que excede a capacidade de produção instalada dos fabricantes. Um aumento súbito e desproporcional da demanda pode gerar um colapso na cadeia de suprimentos, resultando em atrasos significativos no cronograma de entregas. Além disso, a logística de transporte e armazenamento de produtos controlados é complexa e onerosa, exigindo a emissão de Guia de Trânsito para qualquer movimentação. A gestão de múltiplos pontos de entrega em diferentes estados, para diversos órgãos participantes, adiciona uma camada de complexidade e risco à operação, que pode impactar a eficiência e a segurança do fornecimento. Essa complexidade logística, somada às limitações de capacidade, ameaça a conclusão bem-sucedida do contrato.

Noutro giro, um aumento descontrolado da demanda, que força a produção a um ritmo insustentável, pode comprometer o rigoroso processo de controle de qualidade necessário para armamentos. O risco de defeitos e falhas aumenta, como demonstrado em casos de problemas contratuais já registrados com fabricantes do setor. Tais falhas, em um objeto de segurança crítica como um fuzil, podem ter consequências severas para as operações policiais e militares. O princípio da vantajosidade, que orienta as contratações públicas, não se resume apenas ao menor preço, mas também à garantia de um fornecimento eficaz e de alta qualidade. Permitir a participação irrestrita, em um cenário de capacidade limitada, subverte a lógica da contratação vantajosa, pois a economia de escala teórica se perde diante da alta probabilidade de desabastecimento, atrasos e comprometimento da qualidade do material, gerando um prejuízo real e significativo para o órgão gerenciador e para os demais órgãos.

Somado a isso, outro impeditivo de abertura de participação reside na dinâmica do mercado sob a ótica dos fornecedores e como a estrutura do SRP pode se tornar um desincentivo à participação. A razão é clara: para um fornecedor, a Ata de Registro de Preços gera apenas uma expectativa de direito, e não um direito subjetivo à contratação. A empresa vencedora do certame se compromete a manter os preços e as condições de fornecimento para um quantitativo estimado, mas não tem a garantia de que o montante será de fato adquirido.

O desinteresse dos licitantes, motivado pelos riscos comerciais em se contratar com outros órgãos que estariam no bojo da licitação pode levar a um certame frustrado, além dos problemas já comumente enfrentados. Para o fornecedor, o modelo de participação de múltiplos órgãos pode ser percebido como um risco reputacional e de *compliance*. A gestão de tantos contratos e órgãos diferentes aumenta o risco de falhas, atrasos e, em última instância, a abertura de processos de fiscalização e sanção. Diante desse cenário, a decisão de não participar da licitação é uma resposta racional para mitigar os riscos e proteger o negócio, o que, ironicamente, frustra o objetivo da Administração de obter concorrência e o melhor preço.

As duas razões apresentadas para a restrição da participação de outros órgãos não são eventos isolados, mas elementos interligados de uma mesma matriz de risco. A limitada capacidade produtiva e a complexidade logística do mercado de armamentos criam um cenário de alto risco operacional para o fornecedor. Essa alta exposição a riscos, por sua vez, torna o certame menos atrativo, gerando um desinteresse de licitantes e a alta probabilidade de uma licitação deserta ou fracassada, ou com baixo número de licitantes, o que não permitiria a competitividade esperada e consequentemente o menor preço, subvertendo o propósito inicial do SRP.

A decisão de não abrir a IRP, nesse contexto, é um ato de governança proativo, baseado em uma análise de riscos madura e estratégica. Ela reconhece que a aplicação indiscriminada de um procedimento padrão a um objeto não padrão seria contraproducente. O objetivo final da contratação de fuzis é garantir a segurança pública, o que exige a entrega de equipamentos de alta qualidade no prazo certo. A busca por uma concorrência mais ampla, sem considerar a capacidade real do mercado, poderia levar à frustração do certame e, consequentemente, ao não atendimento da necessidade pública. Diante do exposto, e com base na análise aprofundada da legislação, da doutrina, da jurisprudência e das normas de comércio internacional aplicáveis, tal medida é a que melhor se alinha aos princípios da eficiência, razoabilidade, interesse público e legalidade estrita.

6. Cota ME/EPP

DA NÃO ADMISSÃO DE COTA PARA EMPRESA DE PEQUENO POR E MICROEMPRESA

Não será estabelecido cota para EPP/ME, com fulcro no Inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, em decorrência do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostrar vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, havendo prejuízos nessa dinâmica quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

Não será prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no Art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, recepcionada pelo Art. 4º da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021 tendo em vista que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no Art. 49, inciso II, da referida Lei Complementar Art. 10, inciso I, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

O inciso I, § 1º, da Lei 14.133/2021, já estabelece a exceção quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões), contudo, por tratar-se de registro de preços evita-se questionamentos com a possibilidade de contratações de valores que não se enquadrem no dispositivo legal.

Em suma, Considerando o montante da contratação, que supera em muito o limite de enquadramento de receita bruta de empresa de pequeno porte, e tendo em vista o art. 4º, § 1º, inc. I, da Lei nº 14.133/21, não serão aplicados os benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Também não haverá cota reservada para as preferências do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, por motivo adicional, que é a natureza do objeto e sua complexidade técnica, além da necessidade de padronização de desempenho, treinamento, assistência técnica e uniformidade dos itens que compõem a presente licitação (art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21), uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado poderia representar prejuízo ao conjunto ou complexo dos bens a serem adquiridos, exceção legalmente prevista no art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

7. Descrição da necessidade

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Informações sensíveis da Polícia Federal]

8. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE	Lucian Ricardo Guedes Fidelis
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE	Eduardo Hofmann
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE	Philippe Brito de Moraes
Grupo de Armamento e Tiro	Paulo Elias Bedran Junior
Serviço de Armamento e Tiro	Ilanna Portugal Fernandes da Cunha
Serviço de Armamento e Tiro	Emanuel Pimentel Dantas

9. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para dar pleno efeito à contratação, é necessário que a empresa vencedora forneça um treinamento de armeiro para correta operação do armamento contratado para uma equipe designada pela Polícia Federal.

Considerando a natureza da demanda atual do Órgão, é requisito necessário que a fabricante do armamento detenha plena capacidade de prover armamento e peças de reposição à esta Polícia Federal a longo prazo, em regime permanente, com alto padrão de qualidade. Esses parâmetros serão aferidos através da verificação da qualidade do processo produtivo e da capacidade do parque fabril, por equipe designada pela Polícia Federal, a fim de averiguar se ele é preparado para fabricação própria de peças com os devidos controles de qualidade.

A Contratada fica obrigada a adotar os critérios e práticas da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, no que for aplicável.

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

Como requisitos lato sensu, a contratação deverá contemplar o seguinte:

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Continuação da política de desfazimento estabelecida na MOC 04/2017/DLOG/PF e reposição do acervo com vida útil vencida ou em vencimento

Célere instrução do processo, com a finalidade de tornar o mais ágil possível a aquisição, de forma a atender tempestivamente a necessidade das unidades da Polícia Federal.

Como requisitos strictu sensu, a contratação deverá contemplar o seguinte:

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Conforme determina a Portaria n.º 104/2020/MJSP: *"As aquisições de equipamentos e serviços de segurança realizadas pelas instituições do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, no âmbito federal, estadual, ou municipal, que utilizem recursos financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, incluindo os do Fundo Nacional de Segurança Pública, deverão observar as Normas Técnicas Senasp, quando existirem"*.

Assim, com a publicação da Norma Técnica NT-SENASP n.º 004/2021, fica esta Casa vinculada ao atendimento deste dispositivo normativo para futuras contratações de carabinas e fuzis; sendo necessário, portanto, que a licitante vencedora cumpra com os critérios e diretrizes determinadas pelo documento técnico.

A norma epigrafada, no entanto, não exclui a possibilidade de uso de critérios mais rígidos que os previstos ao prelecionar que seu objetivo é o "estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, segurança, desempenho e eficiência, além de prescrever procedimentos de Avaliação da Conformidade adequados para o produto normatizado". Isso respalda a exigência de índices de desempenhos que reflitam melhor as necessidades do Órgão através de protocolos específicos para testes, conforme estudos técnicos e demais normas internacionais sobre o tema, exaustivamente demonstrados em epígrafe.

Também, cumpre destacar que serão necessários os cumprimentos aos seguintes dispositivos:

Decreto n.º 24.602/1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas - do então Governo Provisório, recepcionado como Lei pela Constituição Federal de 1934;

Decreto n.º 11.615 de 21 de Julho de 2023 que estabelece regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm;

Portaria n.º 189-EME, 18 de agosto de 2020; e

Portaria n.º 1.729-EME, de 29 de outubro de 2019.

Poderá a Administração, a qualquer momento, readequar os quesitos ora elencados, bem como agregar outros, conforme análise de conveniência e oportunidade, após justificada análise técnica que demonstre a necessidade da adequação.

Ser aprovado nos testes previstos no Termo de Referência contido neste processo;

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

Fornecimento de atestado de capacidade técnica de no mínimo 25% do total do quantitativo do objeto compatível conforme definição no Termo de Referência;

Atender ao Anexo I do Termo de Referência - Caderno de Especificação Técnica e Normas

Realização de Testes de Amostra, conforme Anexo II - Fase Pregão e testes para Recebimento Provisório, conforme Anexo III do Termo de Referência, como condição de autorização de embarque

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Capacidade para entrega da quantidade de fuzis e o valor estimado da aquisição a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

Entregar a mercadoria, livre e desembaraçada até o local previsto na Ordem de Fornecimento de Bens, em Brasília-DF, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2020 - **DPU – *Delivered At Place Unloaded*** - correndo por conta da contratada todas as despesas, diretas e indiretas, de importação, seguro de transporte internacional, embalagem, seguros diversos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, do seguro de transporte internacional, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte e frete nacionais, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições para fiscais, taxas (Siscomex, de companhia aérea, do RADAR da licença de importação, de desembarço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil.

10. Interrupção de Fornecimento de Armamento

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Informações sensíveis da Polícia Federal]

11. Grupo de Trabalho

Antes da iniciativa de 2022, tratada a seguir, a Polícia Federal já havia tentado endereçar a iminente crise de armamento. Em 7 de novembro de 2019, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) por meio da Portaria Nº 528-DLOG/PF, com o objetivo explícito de "promover a atualização da padronização do armamento longo portátil" em resposta à descontinuidade das vendas pela Heckler & Koch.

Este primeiro GT era composto por especialistas de diversas unidades, incluindo a DPC/CGPLAM/DLOG, SAT, COT e SOAR/CAOP. O grupo realizou reuniões em 20 de novembro de 2019 e 24 de janeiro de 2020, nas quais delineou uma estratégia inicial. O plano consistia em identificar potenciais fabricantes de renome internacional, como Sig Sauer, Beretta, FN, Armalite e IWI, e realizar visitas técnicas e testes em suas fábricas, utilizando o protocolo da OTAN (AC/225D/14) como padrão de avaliação objetivo. No entanto, este plano inicial encontrou um obstáculo significativo quando a solicitação de viagem do presidente do GT para a Shot Show 2020, uma das maiores feiras de armamentos do mundo, foi negada, dificultando os contatos preliminares com os fabricantes.

O desafio se intensificou dramaticamente com a pandemia de COVID-19. O relatório parcial do GT de 2019, datado de agosto de 2020, cita explicitamente que a pandemia e o fechamento de fronteiras internacionais tornaram as viagens e as visitas às fábricas inviáveis. Diante dessa realidade, o grupo foi forçado a reavaliar sua estratégia. A conclusão do relatório apresentou três caminhos possíveis: (a) aguardar a reabertura das fronteiras, (b) importar amostras de armas para testes em um laboratório a ser criado no Brasil, ou (c) realizar um processo de licitação que incluísse testes técnicos objetivos como parte do certame para selecionar o melhor equipamento, que seria então padronizado.

Em 27 de agosto de 2020, foi autorizado formalmente a terceira opção, a realização de uma licitação com testes integrados, por considerá-la a mais viável. Contudo, os registros documentais revelam um hiato de quase 18 meses entre essa autorização e a proposta de criação de um novo grupo de trabalho em fevereiro de 2022. Os documentos de 2022 reiniciam a discussão do problema do zero, sem fazer referência à autorização de 2020, e a ata da primeira reunião do GT de 2022 menciona que o grupo anterior foi "dissolvido/interrompido". Isso sugere que a iniciativa de 2019, apesar de ter produzido um plano de ação claro e aprovado, perdeu ímpeto e não foi implementada, possivelmente devido a contínuas perturbações da pandemia, mudanças nas prioridades administrativas ou entraves burocráticos. O esforço de 2022, portanto, não foi uma continuação, mas um reinício completo do projeto, destacando os desafios internos na execução de projetos estratégicos de longo prazo dentro da organização.

O Grupo de Trabalho de 2022

O processo de criação do Grupo de Trabalho em 2022 seguiu um caminho administrativo formal e hierárquico, garantindo que a iniciativa estivesse devidamente fundamentada e autorizada em todos os níveis competentes. A sequência de eventos, documentada nos processos SEI, ilustra a estrutura decisória da Polícia Federal, com ponto de partida através do **Ofício Nº 8/2022/DPC/CGPLAM/DLOG/PF**. Este documento consolidou o diagnóstico completo da situação crítica do arsenal e solicitou formalmente ao Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização (CGPLAM) a autorização para iniciar um Grupo de Trabalho. A proposta já delineava a necessidade de envolver policiais das áreas técnicas mais relevantes: o Serviço de Armamento e Tiro (SAT), o Comando de Operações Táticas (COT) e o Comando de Aviação Operacional (CAOP).

Após a publicação da **Portaria DLOG/PF Nº 866**, publicada no Boletim de Serviço nº 076, o grupo consolidou a lista de características mínimas que o novo fuzil da Polícia Federal deveria possuir, refletindo as lições aprendidas com os armamentos anteriores e as necessidades operacionais contemporâneas da força, culminando um rol de necessidades que devem ser entregues pelos Fabricantes, como se observa a seguir:

TIPO / MECANISMO	ESPECIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
CALIBRE	5,56 x 45mm / .223 REM 7,62 x 51mm / .308 WIN	Considerando que a PF já utiliza o calibre 5,56 x 45mm (com todo o seu efetivo treinado com ele) e que tem uso consolidado em forças armadas e policiais em vários países, não há necessidade de adotar outro calibre para o efetivo geral (não especializado), mesmo que aproveitando a mesma plataforma. A mudança ou incorporação de novo calibre não traz efeitos práticos e táticos para uso pelo efetivo em geral, além de poder gerar variações que podem comprometer o melhor uso do armamento e necessitar de novo adestramento de todo o efetivo. Outros calibres diferentes podem ser adotados por unidades especializadas, podendo ser na mesma arma ou em plataformas distintas, mas que tenham sua logística e expertise voltada a operar em situações que demandam adequação de meios específicos. O calibre 7,62 x 51mm fica mantido na padronização, uma vez que também integra o rol de calibres descritos na Portaria atual.
REGIME DE TIRO	Semiautomático / Automático	As armas que, atualmente, integram o acervo da PF possuem tanto o regime semiautomático quanto o regime automático, e essa característica será mantida no rol de mecanismos. Pode ainda haver, a depender do fabricante, disponibilidade de regime de tiro duplo (rajada curta de dois tiros a cada acionamento do gatilho), o que agrega versatilidade de uso ao operador.

PASSO DE RAIAMENTO	<p>1:7 no calibre 5,56 x 45mm / .223 REM</p> <p>Entre 1:10 e 1:12 no calibre 7,62 x 51mm / .308 WIN</p>	<p>Sua configuração deve ter passo de 1:7 (projétil realiza uma volta completa em torno do seu eixo a cada 07 polegadas de cano). Esse passo de raiamento estabiliza melhor os projéteis no calibre 5,56 com maiores pesos (massas), como os SS109, OTM 77gr etc, (já usados pela PF). Poderá ser exigido, como requisito adicional e optativo, laudo de comprovação de vida útil do cano da arma. Quanto ao passo de raiamento para o calibre 7,62 x 51mm, este pode variar no intervalo determinado, em razão das características técnicas das munições a ele ofertadas.</p>
SISTEMA DE PONTARIA	<p>Sistema primário: com dispositivo holográfico / red dot</p> <p>Sistema secundário: mecânico, rebatível, podendo ser removível</p>	<p>O sistema primário não será aqui detalhado, uma vez que poderá ser ofertado pelo próprio fornecedor do armamento ou ser adquirido em separado. Contudo, sua importância como sistema principal é inequívoca para garantir uso rápido e efetivo do armamento.</p> <p>O sistema de pontaria deve, obrigatoriamente, compor a arma, com fixação em trilho tipo <i>Picatinny</i>, devendo, em sua configuração mecânica, ser composto de alça e maça, ter regulagem de lateralidade e altura (horizontal e vertical) e deve ser rebatível (de forma a ficar em posição horizontal sobre a arma) e/ou removível. É ideal que a altura de alinhamento de visada deste conjunto mecânico seja compatível com a possibilidade de visada simultânea com aparelhos de pontaria optrônicos (primários) montados no mesmo trilho.</p>
CARREGADOR	<p>De 30 munições no calibre 5,56 x 45mm / .223 REM</p> <p>De 10 e 20 munições no calibre 7,62 x 51mm / .308 WIN</p>	<p>Tipo cofre ou similar, com padrão de interoperabilidade OTAN/STANAG. Deve ter resistência a choques, corrosão, abrasão e intempéries. Importante que, se possível, sejam fornecidos 06 (seis) carregadores por arma, sendo 05 (cinco) com capacidade para 30 munições e 01 (um) com capacidade de 10 (dez) munições. Este último é importante para realizar melhor a aferição de tiro com a arma, pois o carregador de 30 possui dimensões que dificultam apoiá-lo devidamente em alguma superfície. No calibre 7,62 x 51mm, o fornecimento de 04 (quatro) carregadores com capacidade para 20 e munições e 02 (dois) com capacidade para 10 munições é o suficiente.</p>
CÂMARA	<p>Padrão SAAMI ou CIP ou NATO</p> <p>5,56 x 45mm / .223 REM</p> <p>(Câmara compatível com ambos)</p> <p>7,62 x 51mm / .308 WIN REM</p> <p>(Câmara compatível com ambos)</p>	<p>Deverá suportar os calibres especificados pelo fabricante, sendo um requisito adicional que as armas projetadas para o calibre 5,56 x 45 mm sejam capazes de disparar o calibre .223 <i>Remington</i>. Este fator adicional é bastante aplicável à logística da PF, uma vez que o principal fabricante (nacional) de munições as fornece com essas características, como as <i>soft point</i>, que hoje integram o estoque da PF.</p>
		<p>A forma pela qual a arma realiza seu ciclo de alimentação, disparo, extração e realimentação acontece, basicamente, de duas formas: aproveitamento direto de gases (DI) ou aproveitamento indireto de gases (pistão). No sistema convencional, os próprios gases atuam no impulsionamento do mecanismo, enquanto no sistema de pistão, os gases apenas movimentam o mecanismo de forma indireta. Contudo, apesar de existir o sistema mais simples de injeção direta de gás, há diversas vantagens em seguir adotando o mecanismo movido por pistão, que é o padrão atual usado pela PF (Portaria nº 2000, de 03 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 10/12/2010) e que vem funcionando de forma efetiva há muitos anos (HK G36 CV, HK G36 KV, HK 416, HK 417). Assim, à nova definição de fuzis, deve seguir o padrão atual utilizado normativamente pelo PF, com aproveitamento de gases com mecanismo de pistão.</p> <p>Dentre as vantagens do sistema de pistão, podemos citar:</p>

SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE GASES	Com aproveitamento de gases por meio de pistão (<i>Gas Piston</i>), para ambos os calibres (5,56 X 45mm / .223 REM e 7,62 x 51mm / .308 WIN)	<ul style="list-style-type: none"> Retarda muito a necessidade de limpeza da arma, pois o sistema NÃO lança os gases e demais resíduos oriundos do tiro dentro do mecanismo. Por sujar menos, evita a ocorrência de panes, por não interferir no funcionamento das peças móveis. O efetivo de policiais federais já está familiarizado com o sistema de pistão e, em geral, não tem o hábito de realizar limpezas periódicas e necessárias ao pleno funcionamento do armamento, o que é agravado quando se opta pelo mecanismo de gás direto. Por não lançar gases sujos e quentes dentro do mecanismo, também permite que não haja aquecimento precoce da arma, facilitando a operação mais intensa e por mais tempo, sem se tornar desconfortável ao operador. Também, pela menor temperatura relativa de trabalho do armamento, o desgaste do cano é menor. Consequentemente, isso estende a durabilidade do mesmo. O sistema de pistão também favorece a utilização de supressor de ruído, por possuir regulagem para este uso, ao mesmo tempo em que também evita o lançamento de gases quentes em direção ao usuário. Isso ocorre devido ao supressor, em seu funcionamento regular, conter um pouco mais os gases na saída do cano. O sistema de pistão é mais adequado ao uso em operações ribeirinhas ou marítimas. No caso de necessidade de efetuar disparos, após algum período que, por ventura, o armamento tenha ficado submerso, o sistema de pistão não alaga, como no sistema tradicional de gás direto. Mesmo sendo um situação atípica, trata-se de mais uma vantagem deste mecanismo.
CAIXA DA CULATRA <i>(Upper Receiver)</i>	Composto de material leve de alta resistência e topo com trilho padrão <i>Picatinny</i>	Deve ser composta de material leve de alta resistência, tendo como requisito conter, no topo, trilho padrão <i>Picatinny</i> (STANAG n° 4694), para acoplagem de acessórios.
GUARDA-MÃO <i>(Handguard)</i>	Compatível com o padrão M-LOK para acoplagem de acessórios/equipamentos e possuir trilho integral superior no mesmo padrão do trilho da caixa da culatra (padrão <i>Picatinny</i>)	Deve permitir empunhar a arma com ambas as mãos, sem contato direto do operador com o cano do armamento. Deve, ainda, possuir configuração para acoplagem de acessórios no padrão M-LOK e possuir trilho integral, superior, no mesmo padrão do trilho da caixa da culatra (<i>Picatinny</i> - STANAG n.º 4694 – NATO), pois nele são montados os dispositivos de pontaria mecânicos, optrônicos ou ópticos, bem como outros acessórios que tragam melhorias do conjunto e adequação ao operador. A exigência do padrão <i>Picatinny</i> (STANAG n° 4694 – NATO) se faz necessária por garantir compatibilidade de conexão de acessórios e componentes a serem acoplados à arma
OPERAÇÃO E FUNCIONAMENTO COM INTERCAMBIALIDADE DE PEÇAS	Deve ter capacidade de operação e disparos, sem o comprometimento da segurança, precisão do tiro e funcionamento da arma, após intercambialidade de peças, em qualquer nível de desmontagem,	A intercambialidade é a possibilidade de uma arma ser montada com peças de outra arma de mesma especificação. O armamento deverá ter capacidade de operação e disparos, sem o comprometimento da segurança, precisão do tiro e funcionamento da arma, após troca das peças.
CORONHA	Deve ser retrátil com mínimo de 4 posições e ser rebatível.	Deve ser retrátil com mínimo de 4 posição de comprimento. Esta condição deve ser obrigatória tanto para menor volume em termos de transporte, mas principalmente, para se adequar à heterogeneidade ergonômica do efetivo que compõe a PF. Assim, o usuário pode ajustar o comprimento do apoio da coronha à sua compleição física e com o melhor enquadramento do equipamento de pontaria. Quanto à coronha ser também rebatível (possibilidade de ser dobrada e ficar paralela ao mecanismo, permitindo comprimento menor do armamento) é característica muito interessante para fins de portabilidade dentro de viaturas e, ainda, para viagens em geral. Apesar de existirem armas que podem atirar, mesmo com a coronha rebatida, como nos atuais fuzis HK em uso na PF, essa característica será analisada posteriormente, uma vez que isso permite o uso da arma em situações emergenciais, como, por exemplo, necessidade extrema de disparar de dentro da viatura.

EMPUNHADURA (Grip)	Punho com acabamento resistente a abrasão, choque, oxidação e outras condições adversas	Punho com acabamento resistente a abrasão, choque, oxidação e outras condições adversas, tendo como requisito adicional e optativo, formato ergonômico.
ALAVANCA DE MANEJO	Deve ser ambidestra (permitir o acionamento por ambos os lados da arma)	Deve possibilitar o ciclo completo do ferrolho, possuindo como requisito a operação por destros ou canhotos.
CANO Construção, comprimento e configuração	O cano deve ser fabricado por sistema de martelamento a frio pelo próprio fabricante da arma e ter comprimento entre 228 mm (11,5") e 510 mm (20") para ambos os calibres. O cano deve ainda conter sua porção anterior (boca do cano) com rosca padrão STANAG para acoplagem de supressor, quebra-chamas, freio de boca e /ou compensador de recuo	Dentre as várias técnicas construtivas de fabricação de canos, o martelamento a frio possibilita uma melhor composição metalográfica, melhor precisão e maior durabilidade. Assim, considerando que as aquisições devem primar pela qualidade técnica e ainda pelo princípio da economicidade, esta é uma característica que deve ser tida como obrigatória, a exemplo dos fuzis atuais em uso na PF e que demonstraram durabilidade excepcional durante anos.
CONJUNTO DO FERROLHO	Deve resistir a condições adversas, oxidações, abrasões, choques, agentes químicos e minerais, solventes e lubrificantes destinados à sua manutenção e uso.	Deve resistir, sem quaisquer aditivos depreciativos em sua constituição ou construção: a intempéries (incluindo as climáticas extremas); rusticidade de manipulação e transporte; condições adversas; oxidações, abrasões e choques; a agentes químicos/minerais; incluindo solventes e lubrificantes destinados à sua devida manutenção.
QUEBRA-CHAMAS	Deve ter a função principal de direcionar o escape frontal de gases e minimização do <i>flash</i> emitido pela combustão, devendo ser removível.	Deve ter a função principal de direcionar o escape frontal de gases e minimização do <i>flash</i> emitido pela combustão, bem como ser removível para substituição por outro mecanismo de igual função ou não.
FIXAÇÃO DE BANDOLEIRA	Mínimo 03 pontos de fixação: posterior, medial e anterior, com acoplagem tipo QD (<i>Quick Detachable</i>) e de uso ambidestro.	Deve permitir a fixação de bandoleira em mais de uma posição, devendo estar presentes na parte anterior (frente do guarda-mão), na parte medial da arma e ainda na parte posterior (próximo à soleira). Também é obrigatório que os pontos de fixação sejam todos ambidestros ou reversíveis. Possibilidade de a bandoleira ser fornecida pela empresa com fixação tipo QD (<i>Quick Detachable</i>).
SELETOR DE MODO DE DISPARO E DE SEGURANÇA	Deve ser ambidestro (existir em ambos os lados da arma)	Tecla que possibilite a seleção de regime de tiro pretendido com o acionamento do mecanismo de disparo (semiautomático ou automático). Quando estiver na posição de segurança (arma travada) deve impedir acionamento do mecanismo de disparo. É determinante que esteja presente em ambos os lados da arma, de modo a atender o usuário destro e/ou canhoto e ser operado em situações que demandem inversão de empunhadura.
RETÉM DO FERROLHO	Deve ser ambidestro (possibilitar o acionamento por operador destro ou canhoto)	Deverá reter completamente o conjunto do ferrolho a retaguarda quando acionado, podendo ser recartilhado ou texturizado. É determinante que esteja acessível ao usuário destro e/ou canhoto e ser operado em situações que demandem inversão de empunhadura.
	Deve ser ambidestro	Deverá liberar completamente o ferrolho quando acionado, possuindo como requisito adicional e optativo a exigência de tecla de liberação do tipo ambidestra, podendo ter

LIBERADOR DO FERROLHO	(possibilitar o acionamento por operador destro ou canhoto)	acabamento recartilhado ou texturizado. É determinante que esteja acessível ao usuário destro e/ou canhoto e ser operado em situações que demandem inversão de empunhadura.
PROTEÇÃO DO GATILHO (Guarda-Mato)	Com dimensões que permitam a operação da arma com uso de luvas	Deve existir e possuir dimensões que comportem o uso de luvas de proteção de uso policial.
IDENTIFICAÇÃO	Possuir números de identificação na arma e nos principais componentes	As armas deverão possuir obrigatoriamente marcações que possibilitem a identificação do armamento e principais partes, em conformidade com legislação nacional vigente, além da identificação com símbolo da Polícia Federal.
GATILHO	Peso de acionamento $\geq 2,5$ lbf / $\leq 9,5$ lbf	O peso mínimo de acionamento evita acidentes e o peso máximo evita que haja dificuldade de acionamento, sobretudo devido à heterogeneidade física do efetivo da PF.
ACABAMENTO EXTERNO E INTERNO	Todas peças e mecanismos da arma deverão ter capacidade de resistir a intempéries, oxidações, abrasões, choques, produtos químicos presentes em munições (ou decorrentes de sua queima), solventes, líquidos, lubrificantes, e materiais usados na manutenção de armas.	Todas as peças, partes e mecanismos da arma deverão ter capacidade de resistir, sem quaisquer aditivos depreciativos em sua constituição ou construção: a intempéries (incluindo as climáticas extremas); rusticidade de manipulação e transporte; condições adversas; oxidações, abrasões, choques e incidência de raios UV (no caso de polímero). Deverão ainda ser compatíveis com componentes químicos presentes em munições (ou decorrentes de sua queima), solventes, líquidos, lubrificantes, e materiais usados na manutenção de armas, possibilitando o uso manual para o ciclo completo do ferrolho, possuindo como requisito adicional e optativo o tipo ambidestro ou reversível
PROTEÇÃO E TRANSPORTE	Cada arma deverá ser fornecida em embalagem rígida de proteção (case) devidamente homologada e que tenha compartimentos internos para acondicionar e fixar a arma e suas partes removíveis, além de kit de manutenção.	É importante que o fabricante forneça essa embalagem de guarda e transporte, com divisões internas que acondicione fixamente a arma e suas partes, além de acessórios removíveis. O sistema de pontaria primário deve ser óptico ou optrônico, requer manutenção e garantia de que a aferição do sistema seja mantida mesmo em casos de transporte em condições adversas.

Tabela de características e especificações mínimas desejáveis pelo Grupo de Trabalho de 2022.

A recomendação final e mais estratégica do Grupo de Trabalho, conforme Relatório 25094588 constante do processo 08200.020691/2022-37 foi a de iniciar um processo licitatório, conforme se extrai do documento:

*"Assim, conclui-se que há viabilidade de continuidade dos trabalhos para padronização de fuzil 5,56x45mm da Polícia Federal, e que é necessário que se proceda à **abertura de processo administrativo com vistas a publicar Edital de Chamamento Público** destinado à ampla prospecção de mercado e a oportunizar os Fabricantes que possam apresentar fuzis com as características necessárias. Em face dos estudos, levantamentos e análises técnico-doutrinárias ora pormenorizados e dentro das características técnicas extraídas do padrão atual, elencadas no item 6, abre-se, então, esta fase de prospecção de empresas que atendam aos requisitos supracitados, com objetivo de dar amparo à definição do novo padrão de arma e fornecedor."*

Esta abordagem representa uma mudança fundamental na cultura de aquisições da Polícia Federal, afastando-se do modelo histórico de uma relação de longo prazo com um único fornecedor para um processo mais moderno, competitivo e baseado em evidências. A lógica por trás de um processo licitatório era realizar uma ampla prospecção de mercado *antes* de iniciar um processo formal de licitação. Em vez de publicar um edital de compra e esperar que os fornecedores respondam, a PF convidaria ativamente todos os fabricantes interessados a apresentar seus produtos para uma avaliação técnica aprofundada, com base nos requisitos detalhados definidos pelo GT. Este processo incluiria a análise de amostras, a realização de testes e visitas às instalações fabris para verificar a capacidade de produção e os padrões de qualidade.

Os benefícios desta abordagem são múltiplos. Primeiramente, ela mitiga o risco de um processo licitatório fracassado, garantindo que apenas os sistemas pré-qualificados e totalmente compatíveis com as necessidades da PF sejam considerados na fase final de aquisição. Em segundo lugar, promove a

máxima transparência e segurança jurídica, reduzindo a probabilidade de contestações legais por parte de concorrentes preteridos, um ponto de grande preocupação para os órgãos de controle externo. Estrategicamente, este método impede que a PF se comprometa prematuramente com uma única solução, garantindo que a escolha final seja, de fato, a melhor opção técnica disponível no mercado global.

Esta recomendação reflete uma lição aprendida com a vulnerabilidade exposta pela dependência da Heckler & Koch. Um processo licitatório é a manifestação de uma transição de um modelo de aquisição "prescritivo", onde a instituição define o que quer e busca quem o forneça, para um modelo "avaliativo", onde a instituição define suas necessidades e convida o mercado a apresentar as melhores soluções. É uma abordagem mais sofisticada que prioriza a descoberta da melhor solução técnica possível em vez de simplesmente preencher um checklist pré-definido, estabelecendo um novo padrão para futuras aquisições estratégicas da Polícia Federal.

O esforço plurianual para substituir as armas longas padrão da Polícia Federal foi um processo abrangente e metódico, nascido da necessidade. Diante de um arsenal sistemicamente envelhecido e de uma abrupta falha na cadeia de suprimentos, a PF mobilizou seus principais especialistas técnicos e operacionais. Através de dois grupos de trabalho, diagnósticos detalhados e debates rigorosos, a instituição transitou de um estado de gerenciamento de crise reativo para um planejamento estratégico proativo. Os resultados finais — um conjunto altamente detalhado de requisitos técnicos e a recomendação de um processo de qualificação pública transparente e multifásico — não apenas fornecem um caminho claro para reequipar a força, mas também significam uma mudança de paradigma na abordagem da PF às aquisições estratégicas. Este empreendimento garante que a eficácia operacional futura e a segurança de seus agentes serão construídas sobre uma base de análise objetiva, competição de mercado e sustentabilidade logística a longo prazo.

12. Estudos Prévios

Da alternativa à padronização - O uso da pré-qualificação como etapa anterior ao pregão internacional

O processo administrativo nº 08200.022322/2022-89, iniciado em novembro de 2022 por meio do Ofício nº 49/2022, foi lavrado para atendimento da proposta final do Grupo de Trabalho de 2022 - a realização de um chamamento . Inicialmente, o procedimento foi concebido como um “Chamamento Público” para prospecção de mercado, mas após consulta à Advocacia-Geral da União (AGU), a estratégia foi alterada para um rito de “Pré-Qualificação” com base no artigo 80 da Lei nº 14.133/2021, uma mudança que buscou maior segurança jurídica e um novo modelo de aquisição.

A pré-qualificação surge como uma alternativa estratégica e superior ao modelo anterior de padronização por marca única, que demonstrou ser vulnerável a fatores externos e geopolíticos. O novo procedimento da Polícia Federal visa a desvincular a escolha do armamento de um único fabricante, promovendo uma competição mais ampla e legitimada no mercado global. O principal benefício é a mitigação do risco de dependência de fornecimento, pois o processo qualifica múltiplos fornecedores e produtos com base em requisitos técnicos e de qualidade, garantindo que a instituição não seja novamente afetada por decisões comerciais ou políticas de um único parceiro, conforme consta no preâmbulo do Estudo Preliminar 34322430: “O Pregão Eletrônico terá como procedimentos auxiliares a pré-qualificação e o sistema de registro de preços, conforme artigos 80 e 82, da Lei 14.133 /2021, de acordo com o planejamento do órgão, devendo a empresa estar ciente da possibilidade de aquisição da totalidade dos itens, ofertar proposta para o quantitativo total, e que o critério de julgamento da licitação será o menor preço.”

O procedimento de pré-qualificação é estruturado em etapas rigorosas e transparentes. Os fabricantes interessados devem apresentar documentação detalhada, incluindo especificações técnicas, declarações de volume de produção e histórico de vendas para outras forças de segurança. O cerne do processo é a submissão de amostras dos armamentos a um plano de ensaios exaustivo, que se baseia tanto na Norma Técnica NT-SENASP nº 004/2021 quanto em referências internacionais como a norma da OTAN (NATO STANDARD AC/225). Apenas os produtos que demonstrarem durabilidade, precisão e segurança em testes destrutivos e em condições extremas serão aprovados para a fase de licitação.

O processo evoluiu com um fluxo administrativo formal e validado, culminando na elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) e um detalhado Caderno de Especificação Técnica. A escolha pela plataforma AR, a exigência de ambidestridade nos controles, o sistema de forjamento a frio do cano e a meticulosa composição de custos para propostas importadas são indicativos de uma abordagem que equilibra o conhecimento técnico do mercado com a responsabilidade fiscal e a operacionalidade do efetivo.

Neste ponto, é imperioso trazer novos aprendizados construídos ao longo do Estudo Técnico Preliminar 34322430, **artefato rei** do processo de pré-qualificação.

Do levantamento de mercado com vistas ao atendimento das especificações indicadas pelo Grupo de Trabalho

Buscando a sua máxima amplificação, o levantamento de mercado realizado naquele ETP trouxe um rola de potenciais fornecedores que atenderiam as características mínimas previstas pelo grupo de trabalho de 2022, compiladas no quadro apresentado anteriormente. Assim, a título de sumarização, elaborou-se uma lista exemplificativa com os modelos de mercado com suas características técnicas que possuem divergência significativa:

	Ação:	Cano forjado p/ martelamento a frio:
1. Fuzil HK G36 CV (EM USO)	A gás, pistão de curso curto. Ferrolho rotativo	SIM

2. Fuzil HK G36 KV (EM USO)	A gás, pistão de curso curto. Ferrolho rotativo	SIM
3. Fuzil HK 416 (GPI)	A gás, pistão de curso curto. Ferrolho rotativo.	SIM
4. Fuzil HK 416 (COT)	A gás, pistão de curso curto. Ferrolho rotativo.	SIM
6. CZ BREN 2 11"	N/I	SIM
7. CZ BREN2 14"	N/I	SIM
8. DANIEL DEFENSE MK18 RIII	A gás, por ação direta	SIM
9. DANIEL DEFENSE M4A1 RIII	A gás, por ação direta	SIM
10. DANIEL DEFENSE DD4 RIII S	A gás, por ação direta	SIM
11. SIG SAUER MCX 11.5"	A gás, pistão de curso curto	SIM
12. SIG SAUER MCX 14.5"	A gás, pistão de curso curto	SIM
13. SIG SAUER 516 11.5"	A gás, pistão de curso curto	N/I
14. SIG SAUER 516 14.5"	A gás, pistão de curso curto	N/I
15. SIG SAUER M400 PRO 11.5"	A gás, ação direta	N/I
16. SIG SAUER M400 PRO 14.5"	A gás, ação direta	N/I
17. SIGM400 SWAT 11.5"	A gás, ação direta	N/I
18. SIG M400 CLASSIC 14.5"	A gás, ação direta	N/I
19. KALE KCR556 11.5" CQB	A gás, pistão de curso curto	SIM
20. KALE KCR556 14.5" CARBINE	A gás, pistão de curso curto	SIM
21. FN SCAR 16 STANDARD	A gás, pistão de curso curto	SIM
22. FN SCAR 16 CQC	A gás, pistão de curso curto	SIM

Após o levantamento, restou evidenciado que algumas especificações afastavam fornecedores em potencial, principalmente no tocante aos aspectos construtivos como o tipo de ação, plataforma, sistemas de gases (direto ou indireto). Como forma de adequar esses aspectos à real necessidade da Polícia Federal, iniciou-se uma fase de aprofundamento da análise de riscos. Neste momento, não apenas os aspectos construtivos foram observados mas

também foi necessário entender como o mercado estava atuando em licitações semelhantes. A seguir serão sedimentados os achados correlatos e sugestões de mitigação de risco.

Dos estudos acessórios - O confronto de aspectos nevrálgicos de especificações e cerceamento de competitividade

Os dados técnicos que embasaram a composição das informações detalhadas naquele Estudo foram obtidos, dentre diversas outras fontes citadas neste instrumento, através de estudos concernentes às principais disciplinas que moldam as condições de contorno para a contratação pretendida e que se materializaram, principalmente, através dos documentos abaixo citados:

Nota Técnica DPC n.º 01/2021 (142149140) - 08200.036379/2023-46: **análise comparativa dos últimos editais públicos de órgãos federais ou estaduais para aquisição de fuzis calibre 5,56mm;**

Nota Técnica DPC n.º 02/2023 (142149220) - 08200.036428/2023-41: **avaliação comparativa das plataformas construtivas de fuzis calibre 5,56 x45mm disponíveis no mercado;**

Nota Técnica DPC n. 03/2023 - Versão 1.1 (142150375) - 08200.036432/2023-17: **proposta de protocolo de testes a serem realizados em fuzis e carabinas de interesse da Polícia Federal, com o objetivo de realizar um levantamento objetivo e técnico de dados sobre o desempenho desses armamentos, em complemento aos testes previstos na Norma Técnica SENASP n.º 004/2021;**

Nota Técnica DPC n.º 04/2023 (142150375) - 08200.036366/2023-77: **avaliação comparativa do sistema de gases (direto ou indireto) utilizados nos fuzis calibre 5,56mm;**

Nota Técnica DPC n.º 01/2024 (142151075) - 08200.007916/2024-21: **avaliação Comparativa das características mecânicas esperadas dos canos de fuzis/carabinas fabricados por Forjamento Radial a Frio e por Usinagem.**

Relatório 25094588 - 08200.020691/2022-37: **Relatório do Grupo de Trabalho para estudos de Arma Longa calibre 5,56 x 45 mm.**

NATO STANDARD AC/225(DSS)D(2018)0006 - *Evaluation Procedures for Future NATO Small Arms Weapon Systems* (NATO D/14 Handbook).

NT-SENASP n.º 004/21 - Armas Portáteis - Carabinas e Fuzis de emprego na Segurança Pública. 26 de julho de 2021.

Com as informações levantadas, sobretudo pelos documentos supracitados, foi possível descrever com alto grau de asserção, dentre as várias opções existentes no mercado internacional, os requisitos técnicos - especificados no subtópico 5.15 daquele Estudo - de que um fuzil calibre 5,56 x 45 mm deve dispor para melhor atender às necessidades operacionais do Efetivo Policial comum da Polícia Federal.

Em sua essência, o armamento, deverá abarcar as características de concepção da plataforma *Armalite Rifle (AR)*, pois, em vista da Nota Técnica DPC n.º 01/2021, as plataformas Bullpup e AK não alcançaram a mesma consolidação no mercado quanto a plataforma AR, que, com mais de meio século de uso em combate e otimizações contínuas, tem mostrado maior aceitação no mercado internacional. A terminologia ACR vai além de uma construção física, sendo também um conceito aplicável em projetos de fuzis em plataforma AR, sem diferenças significativas que justifiquem uma mudança de paradigma construtivo. Apesar da existência de fuzis/carabinas ACR de alta qualidade, a tendência é que a plataforma AR continue dominando o mercado devido à sua longa história de confiabilidade e otimização, o que fornecerá maior vantajosidade estratégica para o Órgão nas contratações referentes a esse tipo de equipamento.

Diante do conhecimento adquirido juntamente à Nota Técnica DPC n.º 04/2023, conclui-se que não há um sistema de reaproveitamento de gases superior para armamento longo de calibre 5,56x45mm na Polícia Federal, já que os sistemas comercialmente disponíveis apresentam desempenhos aceitáveis diante das necessidades de uso do efetivo Policial, mas requerem mais pesquisas para uma comparação efetiva, considerando variáveis como tipo de munição e condições extremas de teste. Assim, optou-se por não especificar um tipo de sistema de reaproveitamento de gases para este procedimento.

Com as determinações contidas na normativa técnica SENASP n.º 004/2021, a Polícia Federal (PF) deve aderir aos critérios mínimos estabelecidos para futuras aquisições de carabinas e fuzis, podendo dispor da discricionariedade de exigir critérios complementares àqueles minimamente previstos pela Norma supra. Por isso, através da Nota Técnica DPC n. 03/2023, levando-se em conta a realidade operacional do Órgão, dentro da disponibilidade de mercado, é que se definiu a exigência de atendimento de um protocolo adicional de testes com escopo de verificar vida útil de ao menos 15.000 disparos, com base na rotina prescrita na Norma da Organização do Tratado do Atlântico Norte (*NATO STANDARD AC/225(DSS)D(2018)0006 - Evaluation Procedures for Future NATO Small Arms Weapon Systems (NATO D/14Handbook)*), bem como de oferta de garantia de vida útil de ao menos 15.000 disparos e assistência técnica por 5 anos, conforme práticas de mercado.

Os quesitos construtivos relacionados ao Cano do armamento foram determinados com base nas soluções disponíveis no mercado em conjunto com os estudos materializados tanto pelo Relatório 25094588 quanto pela Nota Técnica DPC n.º 01/2024, este que, em suma, oferece justificativas que colocam como o melhor método de fabricação de canos dos fuzis aplicáveis ao uso ordinário da Polícia Federal o Forjamento Radial a Frio com Mandril, comercialmente conhecido como Martelamento a Frio, para trabalho mecânico dos aços.

Os demais quesitos, tais como aqueles que dizem respeito à coronha, acessórios, passo de raçamento, comprimento de cano e ambidestralidade, foram descritos após amplos estudos das soluções de mercado e discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho constituído como o escopo específico de tratar sobre fuzis calibre 5,56 x 45 mm, constituído por Servidores de notório conhecimento no assunto, cujo resultado foi perpetuado através do Relatório 25094588.

Além de pontos técnicos acima detalhados, os estudos culminaram em uma série de recomendações visando mitigar o risco de um fracasso, não atendimento a contento do objeto, bem como pronta resposta à eventuais impugnações, judicializações e atraso, consequentemente o não atendimento a interesse maior - o fornecimento de armas de qualidade para a Polícia Federal.

Os principais achados das Notas Técnicas serão arrolados a seguir:

Anexo I - Nota Técnica 01/23 Licitações Internacionais para aquisição de Fuzis (142149140):

*"2.31. Verifica-se como possível **ponto ensejador de dúvidas e de discussões, por conseguinte, a requisição de que o cano fosse confeccionado em aço CMV sem mais especificações e/ou explicações** do que se trata essa liga, além de não fornecer opção similar ou superior (o que é recomendado conter nos instrumentos acessórios do edital de forma geral).*

2.32. Isso é dito especialmente pelo fato de que a terminologia "CMV" não é comum na literatura técnica, o que pode causar dúvidas quanto às especificação do material, podendo indicar se tratar de ligas com Molibdênio (Mo) ou Manganês (Mn), ou, como mais provável, da liga de aço EN 1.4116, que é um tipo de aço inoxidável martensítico temperado com um teor de carbono de aproximadamente 0,47%, com cromo um pouco superior ao do aço 420, com presença de molibdênio e de vanádio (V) [...]

[...]

*2.35. Pelo visto neste caso concreto, a despeito das benesses providas por um edital extremamente técnico, **é correto afirmar que investir na robustez das especificações técnicas do objeto de requisição pode ocasionar o efeito inverso ao benéfico em prol da busca por equipamentos de excelência à medida que a Administração adentra em searas que não lhe são de propósito basilar com aplicações específicas, além de aumentar o risco de ensejar impugnações e interferências de natureza jurídica no procedimento licitatório.***

[...]

*3.2. Das diversas informações, ficou claro que o **Órgão deve se atentar à correta especificação técnica de requisição do objeto juntamente com o cuidado de não se haver em temas que fogem à atividade precípua do, vez que em certame recente da PRF verificou-se que a especificação inconsistente do material de construção do cano de fuzil pode ter acarretado dúvidas que ensejaram imbróglis no procedimento licitatório.***

3.4. Deve-se ter bastante atenção, também, à exigência de índices de performance através de laudos e testes com base nas normas existentes sobre o tema, tendo em vista a existência (ou não) de laboratórios acreditados no Brasil etc., sob pena de inviabilizar a análise técnico-documental e, por conseguinte, o certame.

3.5. Como trabalhos futuros, é altamente aconselhável que se adote a sistemática de requisições iniciais em pequenos lotes para testes de uso e operações de auditoria do objeto licitado, com adoção de amostragem e protocolo periódico de testes de performance e qualidade, com vistas a evitar que sejam feitas requisições de objeto de qualidade inferior ao esperado e que se mantenha o mínimo de controle de qualidade."(grifo nosso)

Anexo II - Nota Técnica 02/23 Plataformas construtivas de fuzis e carabinas (142149220):

"4.1. Há uma infinidade de plataformas ligadas diretamente aos seus fabricantes (HK, FN Herstal, SIG, AK, AR, SCAR, ACR, Steyr, CZ etc) e, hoje, é difícil definir uma "melhor", dado que todas têm suas especificidades e qualidades. Entretanto, atualmente a AR é notoriamente identificada como uma das mais versáteis, confiáveis e copiadas no mundo, sendo que diversos dos fabricantes dos mais conceituados fuzis, como LWRC, Daniel Defense e outros tantos, utilizam a AR como base para construção de seus armamentos. De fato, fuzis da plataforma AR são os mais utilizados pelas diversas forças de defesa e policiais ao redor do mundo.

5.1. Pode-se dizer que por questões de tradição, cultura, ergonomia, confiabilidade e disponibilidade de mercado, as plataformas Bullpup e AK não se consolidaram no mercado nacional e internacional tal como a plataforma AR.

5.2. A despeito das inúmeras qualidades presentes em fuzis e carabinas construídos nos conceitos de uma plataforma puramente ACR, o mercado internacional tem demonstrado maior permeabilidade para os armamentos concebidos na plataforma AR2. Este fato tem como mais provável explicação de que a AR tem mais de meio século de forte experimentação em campos de batalha, sob as mais diversas condições, além de ter passado por diversos processos de otimização e ajuste, em face da longa exposição a usos e testes, além da sua larga difusão nas linhas de produção dos mais diversos fabricantes de armamentos.

5.3. Pode-se afirmar que a terminologia ACR extrapola-se para além de ser uma plataforma em seus aspectos construtivos, tratando-se também de um conceito, de modo que é passível de adoção de seus critérios básicos na concepção de projeto de um armamento em plataforma AR. Em outros termos, há perfeita possibilidade de se obter todos atributos de adaptabilidade, ambidestralidade, intercambiabilidade, modularidade etc. também em plataformas AR, de modo que não se vislumbra, ao menos até a atualidade, diferenças significativas que subsidiem mudanças de paradigma para desbancar a já consolidada AR.

5.4. Isso, contudo, não significa que não haja fuzis/carabinas ACR melhores ou tão bons quanto outros fuzis AR, mas, sim, que há uma forte tendência de a plataforma AR sobrepor o crescimento da plataforma ACR no mercado internacional, haja vista que as grandes marcas e os grandes mercados consumidores têm ido na direção das novas soluções implementadas no seguimento dos projetos em plataforma AR, além do fato de constituir grande confiabilidade baseada em um projeto altamente experimentado e otimizado ao longo de mais de meio século.

5.5. Pelas tecnologias mais avançadas hodiernamente existentes no mercado de armamentos, é aconselhado fortemente pela preferência entre as plataformas ACR ou AR, principalmente pela plataforma AR, em vista da grande gama de equipamentos de qualidade que têm sido desenvolvidos nesse design e pelas tendências que demonstram o mercado indo na direção de manter a plataforma AR em sobrepujança.

5.6 Assim, por óbvio, é **necessário ir muito além dos estudos das plataformas em prol da definição de fuzis/carabinas de qualidade ótima**; deve-se, pois, aprofundar estudos nos seus componentes mecânicos e índices de performance, tais como longevidade de cano e precisão." **(grifo nosso)**

Anexo IV - Nota Técnica 04/23 Sistemas de Recuperação de Gases (142149300):

"4.2. Em vias de comparar o desempenho e a confiabilidade dos sistemas de recuperação de gases de pistão e de aproveitamento direto, após quase meio século de extensa experimentação prática em combates com armamentos das duas configurações, observou-se que o sistema de pistão a gás teve algumas vantagens sobre o sistema de aproveitamento direto, como menor temperatura do ferrolho, menor taxa de sujidade e maior resistência à areia e à água, que podem ser importantes para prolongar a vida útil da arma, ao passo que diminui a necessidade de manutenção e aumenta a confiabilidade em ambientes mais agressivos ao equipamento.

[...]

4.4. No entanto, o sistema de aproveitamento direto dispõe de melhor precisão e menor força de recuo do que o sistema de pistão a gás. Essas vantagens são relevantes para melhorar o desempenho do tiro (precisão, rapidez de aquisição do alvo etc), reduzir a fadiga do atirador e facilitar o controle e operação do armamento.

4.5. É possível notar um número razoável de diferenças entre o sistema de aproveitamento direto e o sistema de pistão a gás. Quanto às semelhanças, elas podem ser comparadas em termos de temperatura e design, em primeira análise.

4.6. O sistema de aproveitamento direto tende a funcionar muito quente, ou seja, com maior taxa de transmissão de calor, mas permanece preciso e confiável quando nessa condição. Em alguns testes de tiro e aferição de limpeza, foi possível verificar temperaturas 149°C (300°F) antes de qualquer mau funcionamento em armas com esse tipo de sistema; sendo, porém, que a dispersão do calor do bloco de gás até o transportador do ferrolho é uma característica de construção.

4.7. Os sistemas de pistão a gás funcionam, no geral, a temperaturas bem menores, mas também ainda podem manter a precisão e a confiabilidade em temperaturas semelhantes às do sistema de aproveitamento direto, sendo verificável que a temperaturas próximas aos 149°C esses dois tipos de sistemas funcionam em níveis de igualdade.

[...]

4.20. Em complemento ao comentário supra pode-se dizer que, geralmente, o tamanho do cano determina a variação do comprimento do sistema de gás, sendo que quanto mais longo o sistema (tubo de gases), maior volume de gás será direcionado e, portanto, melhor será seu desempenho no reaproveitamento da energia dos gases. Assim, para menores comprimentos de cano os sistemas de aproveitamento de gases por pistão darão maior eficácia de funcionamento dos armamentos. 4.21. O Fato é que ambos os sistemas têm seus prós e contras e, portanto, a escolha do sistema mais adequado para o Órgão depende das necessidades operacionais dos usuários do armamento.

5.1. Diante do conhecimento adquirido, verifica-se que **cada um deles detém vantagens e desvantagens que precisam ser levadas em consideração quando da seleção de qual tipo de armamento é mais adequado para a realidade em que será utilizado e, sendo assim, dentro da realidade hodierna de uso de armamento longo pela tropa comum da Polícia Federal, não se pode afirmar qual dos sistemas de reaproveitamento de gases é o melhor a ser empregado em um armamento longo de calibre 5,56x45mm, pois ambos atualmente entregam desempenhos aceitáveis para o propósito que se pretende atingir.**

5.2. Além disso, tema oferece bastante "terreno" ainda a ser explorado em termos de pesquisas sobre essa comparação entre os sistemas, em vista de algumas limitações para realização dos estudos, como o uso diferentes tipos de munição, de medição dos níveis de pressão do gás, a possibilidade de expansão de testes também em condições extremas e influência de cada sistema nos parâmetros de desempenho técnico-econômico do armamento, como peso, custo, precisão, ruído, confiabilidade e segurança." **(grifo nosso)**

Anexo V - Nota Técnica 01/24 Forjamento Radial a Frio vs Usinagem em canos (142151075):

"3.31. **Ambos os métodos têm suas vantagens e desvantagens.** O forjamento a frio tende a modificar a estrutura do aço para obter propriedades específicas, enquanto a usinagem mantém as características originais do material. A escolha entre os métodos de fabricação dependerá das necessidades de desempenho do cano do fuzil, do custo, da disponibilidade de materiais e de outros requisitos específicos de projeto.

3.32. Em posse dessas informações, pode-se concluir que os **canos de fuzis fabricados por forjamento radial a frio são superiores em termos de longevidade e confiabilidade**, especialmente quanto à manutenção da precisão após estresse mecânico causado pelos disparos. O processo de forjamento a frio, ao comprimir e alinhar os grãos de metal, resulta em uma estrutura mais homogênea e resistente, que não apenas suporta melhor as altas pressões e temperaturas geradas durante o uso, mas também minimiza deformações que possam comprometer a precisão do armamento ao longo do tempo. Assim, esses canos tendem a manter sua performance por períodos mais longos, exigindo menos ajustes e intervenções para correção de desgaste.

4.2. Os canos de fuzis fabricados por forjamento radial a frio, especialmente com a técnica de martelamento, demonstram uma superioridade significativa em relação aos canos produzidos por usinagem, devido às melhorias estruturais obtidas no processo de fabricação. O forjamento a frio

provoca deformações plásticas no aço, realinhando os grãos de metal e aumentando a densidade de discordâncias, resultando em uma microestrutura mais refinada e homogênea. Isso refina a distribuição de carbono e outros elementos de liga, aumentando a resistência à tração, à fadiga e ao desgaste, sem comprometer a tenacidade.

4.3. Por outro lado, os canos usinados preservam a estrutura original do material base, sem a deformação plástica intensa que caracteriza o forjamento a frio. Embora esse processo mantenha as propriedades mecânicas do aço mais próximas da condição inicial, ele não proporciona as melhorias específicas associadas ao encruamento e ao realinhamento dos grãos, características que são essenciais para suportar o estresse mecânico e térmico gerado pelos disparos.

[...]

4.8. Também, como forma de se evitar acidentes como aqueles catalogados pela PMESP e PMES e, assim, prover maior segurança institucional à esta Polícia Federal e física/operacional aos seus Policiais Federais usuários de armamento longo, sugere-se ainda que sejam levados a efeito testes em amostras de fuzis em nível de controle de qualidade durante a vida útil dos armamentos contratados. Os protocolos de testes realizados em sede de recebimento provisório têm a capacidade de demonstrar adequadamente a eficácia operacional dos equipamentos e lhes atestar qualitativamente o atendimento aos critérios de segurança.

4.9. Com isso, busca-se expandir as atividades de qualificação técnica de armamentos em prol da melhoria contínua nos processos de contratação, que atualmente se esvaem nos testes de recebimento provisório; não havendo, portanto, previsão de acompanhamento técnico para aferição e controle da qualidade dos armamentos em uso pelo efetivo policial."(grifo nosso)

Desta forma, antes de se requerer algo do mercado, foi necessário se buscar conhecer, ainda mais, o que já existia em uso pela Polícia Federal. Esta demanda foi concluída com o teste divisor de águas - Análise do desempenho do fuzil de dotação da PF para efetivo convencional - HK G36 5,56 x 45mm - Anexo VI - Nota Técnica 01/25(142149313)

Teste de Resistência Global - Fuzil HK G36 KV

O relatório técnico teve por escopo descrever e apresentar os resultados do teste de resistência global realizado com um exemplar do fuzil de assalto Heckler & Kock, modelo G36 KV, número de série 84-033846. Os ensaios foram realizados nas instalações da Academia Nacional de Polícia, entre os dias 23 de abril de 2025 e 07 de maio de 2025, e tiveram por objetivo avaliar a resistência e o desempenho do equipamento e seus componentes através do desgaste funcional acelerado, visando prever a vida útil e a segurança do projeto para o emprego operacional por longo período. A escolha do armamento para a avaliação reflete a necessidade da PF de ir além das especificações teóricas dos fabricantes, validando de forma soberana a performance de seu próprio equipamento. A intenção é utilizar os dados coletados para embasar futuros processos de aquisição, garantindo que o novo armamento, no mínimo, mantenha a capacidade operacional já comprovada.

A metodologia do teste foi rigorosamente controlada. Foram realizados 30.000 disparos utilizando munição padrão da OTAN, a CBC 5,56 x 45 mm (SS109). A escolha do cartucho SS109 teve amparo no fato da referida configuração ser o padrão de dotação da OTAN, sendo utilizada por boa parte da indústria como cartucho de referência. A cadência de tiro foi mantida em uma média de um disparo por segundo em modo semi-automático.

O número de tiros efetuados tem origem no estudo da demanda futura, com base no quadro de dotação da Polícia Federal, junto ao Exército Brasileiro. Conforme a Portaria DG/PF Nº 18.986, de 23 de Dezembro de 2024, que alterou a Portaria nº 12.285-DG/PF, de 30 de abril de 2020. Tal parâmetro oficial balizará o consumo de munição estimada para 15 anos, prazo de vida útil desejado para um fuzil de dotação da Polícia Federal, não sendo consideradas as munições utilizadas em Curso de Formação Policial nem as consumidas pelos grupos especializados, que possuem regramento diferente, tampouco as munições de uso operacional, o que elevaria ainda mais o montante de disparos realizados por uma única arma ao longo de 15 anos.

Para simular o estresse operacional, a arma foi submetida a um regime de aquecimento controlado. A cada 200 tiros, o fuzil era resfriado por 10 minutos com o auxílio de ar comprimido insuflado pela câmara, garantindo que a temperatura retornasse a um mínimo de 40°C para a continuidade do ensaio. Este protocolo buscou replicar as condições de uso intenso em ambientes reais. Em intervalos de 10.000 tiros, o equipamento foi inspecionado, limpo e lubrificado. Nessas etapas, foram conduzidas aferições de desempenho e verificações de segurança, como a medição da precisão, da velocidade inicial e da folga de fechamento da câmara.

O foco principal do teste foi o conjunto cano-câmara, a peça mais criticamente demandada em fuzis que utilizam calibres de alta velocidade. A aferição da precisão foi conduzida em um estande, medindo o tamanho médio dos grupos de tiro e o raio médio. Ao final do teste, o tamanho médio dos grupos de tiro aumentou em 36,11% e o raio médio em 31,91% em relação à última medição. A análise dos dados demonstrou que a degradação da precisão não foi linear, com um impacto mais significativo ocorrendo na última fase do ensaio, entre os 20.000 e 30.000 tiros.

Os testes de velocidade inicial mediram a aceleração dos projéteis à boca do cano. Os resultados mostraram uma redução de aproximadamente 2% na velocidade média ao longo dos 30.000 disparos, um valor considerado insignificante para o uso operacional. A estabilidade da velocidade, mesmo após um desgaste considerável, ressalta a capacidade do cano de manter seu desempenho balístico.

Além das medições, o relatório incluiu um registro visual interno do cano, realizado com um boroscópio em pontos estratégicos. As imagens confirmaram que o desgaste foi mais intenso nas áreas mais próximas da câmara, onde o aço literalmente "queima" devido ao intenso estresse térmico e

à alta pressão dos gases. A inspeção visual revelou craquelamento e uma mudança no formato do ângulo de entrada do raio, o que contribuiu para a degradação da precisão observada.

Apesar dos sinais visuais de desgaste, o relatório conclui que a integridade estrutural do conjunto cano-câmara não foi comprometida, e o equipamento permaneceu funcional para o uso operacional ao final do ensaio. O teste também monitorou a folga de fechamento da câmara (*headspace*), um parâmetro fundamental para a segurança do operador. Mesmo após 30.000 tiros, a folga permaneceu dentro das dimensões seguras previstas nas normas técnicas, atestando a robustez do projeto e a qualidade dos materiais empregados.

As únicas peças que falharam e necessitaram de substituição durante o teste foram componentes secundários de desgaste previsível. Os três anéis de vedação do pistão foram substituídos após 16.800 tiros, enquanto a mola do extrator foi substituída após 26.400 tiros. Estas falhas, em vez de indicarem deficiências de projeto, forneceram dados valiosos para o estabelecimento de cronogramas de manutenção preditiva, permitindo a substituição programada de peças antes que ocorram falhas em campo. A ausência de falhas catastróficas ou quebras em componentes críticos como o ferrolho e a caixa da culatra é um dos pontos mais importantes do relatório. Isso significa que a estrutura principal da arma se mostrou resiliente ao estresse de uso prolongado, garantindo a segurança física do operador. Este resultado é a prova mais contundente da qualidade e confiabilidade do fuzil.

O relatório técnico, portanto, consolida a conclusão de que o fuzil de assalto HK G36 KV, em sua condição atual, tem uma vida útil operacional mínima de 30.000 disparos. Este valor deixa de ser uma especificação teórica de fabricante para se tornar um padrão de desempenho institucional, comprovado por meio de um rigoroso protocolo de teste interno. Esta linha de base servirá como uma referência para a gestão do ciclo de vida do arsenal existente da Polícia Federal. Ao entender profundamente a durabilidade de seu equipamento atual, a instituição pode agora especificar requisitos de desempenho para futuras licitações que garantam que novos armamentos representem, no mínimo, a manutenção da capacidade já estabelecida.

Em suma, o teste demonstrou que o HK G36 KV não apenas é capaz de suportar um volume de disparos extremamente elevado, como também o faz mantendo sua segurança, integridade estrutural e desempenho em níveis operacionais aceitáveis. O relatório, ao quantificar a vida útil do armamento e identificar os pontos de desgaste, fornece à Polícia Federal as informações necessárias para tomar decisões de aquisição e manutenção baseadas em dados concretos, garantindo a excelência do seu arsenal.

Reconhecendo que mesmo as melhores especificações de projeto e materiais devem ser validadas, foi sugerido um conjunto abrangente de protocolos de teste. Este trabalho demonstra uma evolução institucional, posicionando a Polícia Federal não apenas como uma consumidora de equipamentos, mas como uma avaliadora sofisticada e qualificadora de tecnologia. A metodologia é holística, integrando desempenho mecânico, validade estatística, eficiência logística e, de forma crucial, saúde e segurança ocupacional.

A base para o desenvolvimento de protocolos de teste internos, conforme a Nota Técnica DPC n.º 03/2023, é a necessidade de ir além dos critérios mínimos estabelecidos por normas externas, como as da SENASP. Para garantir a excelência e adquirir equipamentos de qualidade superior, a instituição deve ter a capacidade de conduzir avaliações rigorosas, padronizadas e baseadas em dados que reflitam as demandas operacionais específicas da Polícia Federal. As alegações dos fabricantes devem ser verificadas, e o desempenho deve ser objetivamente quantificado.

A principal implicação estratégica dos resultados deste teste reside em sua aplicação a futuros processos de aquisição de armamento. A definição de requisitos técnicos em editais de licitação deve ser pautada por critérios objetivos, mensuráveis e diretamente relacionados às necessidades operacionais da instituição - os seja, **foco em desempenho**, a fim de garantir a isonomia e a busca pela proposta mais vantajosa para a administração pública.

Fundamentação Técnica e Não Discrecional: Fica demonstrado que a exigência de uma durabilidade mínima de 30.000 disparos para um futuro fuzil de assalto a ser adquirido pela Polícia Federal não é uma cláusula discricionária, arbitrária ou direcionada. Pelo contrário, trata-se de um requisito técnico fundamentado na capacidade comprovada do equipamento que já se encontra em dotação. Qualquer plataforma que não atenda a este requisito mínimo representaria, objetivamente, um retrocesso em termos de durabilidade e confiabilidade em comparação com o arsenal atual.

Manutenção da Capacidade Operacional: A estipulação deste padrão mínimo assegura a continuidade da capacidade operacional da Polícia Federal. Garante que os operadores em campo terão à sua disposição um armamento com um nível de resiliência e longevidade pelo menos igual ao que já estão habituados, o que é fundamental para a padronização de treinamentos, doutrinas de emprego e logística de manutenção.

Análise de Custo Total de Propriedade (TCO): A exigência de uma vida útil elevada é uma medida de responsabilidade fiscal. Um fuzil com um custo de aquisição inicial menor, mas com uma vida útil de, por exemplo, 15.000 disparos, teria um custo de ciclo de vida significativamente maior. Exigiria a aquisição de duas unidades (ou a troca completa de componentes principais, como o cano) para igualar a longevidade de uma única unidade que atenda ao requisito de 30.000 disparos. Além disso, aumentaria os custos logísticos com manutenção, peças de reposição e o tempo de indisponibilidade do armamento. Portanto, o padrão de 30.000 disparos força uma análise baseada no valor de longo prazo, e não apenas no preço de compra imediato.

Confiança do Operador e Eficácia em Combate: A confiabilidade do equipamento tem um impacto psicológico direto no desempenho do operador em situações de alto estresse. A certeza de que seu armamento foi selecionado com base em um padrão de durabilidade rigoroso e comprovado aumenta a confiança do policial em sua ferramenta de trabalho, o que é um fator imensurável, mas crítico, para a tomada de decisão e a eficácia em confronto.

Em suma, o Teste de Resistência Global do fuzil HK G36 KV não apenas validou a qualidade e a durabilidade do armamento em uso pela Polícia Federal, mas também gerou um dado técnico incontestável que deve, a partir de agora, servir como o alicerce para a especificação de requisitos de desempenho em todas as futuras aquisições de fuzis de assalto da PF, garantindo que a instituição continue a evoluir seu arsenal com base em evidências, segurança e eficiência.

13. Pregão com base em desempenho

Da Decisão da não Continuidade do Chamamento Público e Abertura de um Pregão Internacional com Base em Desempenho

Apesar da maturidade alcançada no planejamento de um procedimento de pré-qualificação para a futura aquisição de fuzis, conforme documentado no processo SEI nº 08200.022322/2022-89, a Polícia Federal optou por uma abordagem mais direta. O processo, que já contava com a elaboração de minutas de edital e de estudo técnico preliminar (ETP 84/2023 - SEI nº 34372516), foi reorientado para um pregão, com o entendimento de que os rigorosos protocolos de teste por si só seriam suficientes para qualificar os fornecedores. Essa mudança estratégica foi motivada pela percepção de que a intensa etapa de avaliação técnica, originalmente prevista como um pré-requisito, poderia ser integrada de forma eficiente na própria licitação, acelerando o processo de aquisição e a substituição do armamento padrão da Heckler & Koch.

O fundamento dessa decisão reside na **robustez do protocolo de testes definido, que se tornou o principal mecanismo de seleção**. Em vez de uma longa lista de requisitos prescritivos no Caderno de Especificação Técnica (Anexo I - SEI nº 142151312), a Polícia Federal concluiu que o rigor dos ensaios de campo, que incluem o Ensaio de Resistência Global com 30.000 disparos por arma (Anexo II - SEI nº 142149515) e demais testes, já funcionariam como um filtro seletivo. A exigência de que os armamentos provem sua durabilidade e segurança em condições extremas de uso, baseadas na Norma Técnica NT-SENASP nº 004/2021, torna desnecessária a pré-qualificação como etapa separada, pois a aprovação nos testes práticos já constitui a validação técnica indispensável.

Essa abordagem não apenas mantém o alto padrão de qualidade buscado, como também otimiza a contratação. A decisão permite uma atenuação das especificações técnicas iniciais, que poderiam, em teoria, ter restringido indevidamente a concorrência. Ao focar no desempenho comprovado sob estresse, a Polícia Federal abre a disputa a um leque maior de fabricantes globais, enquanto o pregão assegura que o critério de menor preço será aplicado de forma justa entre todos os fornecedores que puderem comprovar que seus produtos atendem aos requisitos de desempenho extremo. Esse método demonstra uma gestão ágil e eficiente, adaptando o processo à complexidade da aquisição para garantir que a urgência operacional seja atendida sem comprometer a segurança e a conformidade legal.

O Processo Licitatório no Brasil: Fundamentos e Riscos de Restrição

A aquisição de fuzis de assalto pela Polícia Federal deve ser conduzida sob os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. A legislação tem como um de seus pilares o princípio da competitividade, que visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Em um contexto mais amplo, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) proíbe a restrição da participação de empresas em licitações de produtos de defesa, exceto em casos específicos de embargos comerciais formalmente declarados. Tais normas estabelecem uma clara diretriz: o edital não pode ser redigido de forma a direcionar a compra para um único fabricante ou país.

A inobservância desses princípios tem gerado precedentes negativos em licitações de armamento no Brasil. Há casos recentes em que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) suspendeu licitações para "readequação do termo de referência", e processos onde concorrentes apontaram que as exigências técnicas, como testes inviáveis de serem realizados em laboratórios nacionais, causavam uma "restrição indevida da competitividade" e um "direcionamento a empresas estrangeiras". Esses desafios processuais demonstram que a formulação de editais excessivamente detalhados e restritivos não apenas mina a competitividade, mas também gera insegurança jurídica e atrasos na aquisição.

O custo da restrição de competitividade transcende o aspecto financeiro. Editais que limitam o número de concorrentes podem levar a propostas com preços mais altos ou, em casos extremos, à ausência de propostas qualificadas. Além disso, a insegurança jurídica gerada por especificações restritivas abre a porta para recursos administrativos e ações judiciais por parte de licitantes preteridos, como tem sido evidenciado. Esses atrasos processuais afetam diretamente a capacidade operacional da PF de adquirir o equipamento necessário, colocando em risco o cumprimento de suas missões institucionais. Portanto, o custo de um edital mal redigido é muito maior do que o simples preço unitário do armamento. A maximização da competitividade não é um mero formalismo legal, mas uma estratégia para garantir a eficiência, a segurança e a entrega do melhor equipamento.

A Lei nº 14.133/2021, em regra, veda a indicação de marca. Contudo, o legislador previu exceções a essa regra, reconhecendo que, em certas situações, a indicação é necessária para o atendimento do interesse público. O Art. 41, inciso I, alínea "d", da referida lei, permite excepcionalmente a identificação de uma marca ou modelo quando esta serve como referência para a melhor compreensão do objeto a ser licitado. Esta abordagem é corroborada pela jurisprudência consolidada do TCU, expressa na Súmula nº 270, e por pareceres da Advocacia-Geral da União (AGU), que admitem a menção a uma marca de referência como parâmetro de qualidade e desempenho, desde que o edital inclua, obrigatoriamente, expressões como "ou equivalente", "ou similar" ou "de melhor qualidade", a fim de assegurar o caráter competitivo do certame. O caderno de especificações técnicas desta contratação adota precisamente esta formulação, ao estipular que serão aceitos produtos de qualidade "Igual ou superior a marca/modelo de referência", garantindo plena conformidade legal.

A título de exemplo no âmbito da análise de risco, é salutar trazer à colação, alguns julgados e jurisprudência da Colenda Corte de Contas - TCU, que pormenoriza e sedimenta a não razoabilidade das comparações de soluções disponíveis no mercado, frente à necessidade específica do órgão adquirente.

TCU, REpr nº 015.001/2023-7, Rel. Min. Augusto Nardes, Plenário, j. 24.01.2024

"Trata-se de representação formulada pela empresa Sig Sauer Inc – Marcelo Silveira da Costa em face do Pregão Eletrônico para Registro de Preço 48/2022 realizado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal para a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de armas de fogo, tipo **carabina calibre 5,56x45mm**, acompanhadas dos respectivos acessórios e peças de reposição, com o objetivo de equipar a Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal, as Unidades Regionais de Educação Corporativa - URECs e os Comandos de Operações Especializadas – COEs.

1.7. Providências:

1.7.1. dar ciência ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, sobre as seguintes **impropriedades/falhas identificadas no Pregão Eletrônico SRP 48/2022**, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. **ausência de justificativa, nos Estudos Técnicos Preliminares da contratação, da exigência**, constante dos itens 1.9 e 2.8 do Anexo I-A do Edital (Especificações Técnicas), **de que os canos dos armamentos fossem fabricados com aço CMV**, conforme prevê o art. 7º, § 1º, da Instrução Normativa Seges/ME 40/2020 c/c o art. 3º, § 1º, inc. I, da Lei 8.666/1993; (...)"

TCU, Acórdão nº 1973/2020, Rel. Min. Wender de Oliveira, Plenário, j. 29.07.2020

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COLDRES TÁTICOS CONDUZIDO PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. ESPECIFICAÇÕES DA COR PRETA RESTRITIVA À COMPETITIVIDADE. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA QUE A LICITAÇÃO SEJA ANULADA QUANTO AO REFERIDO ITEM.

[...]

"15. Especificações com potencial para restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender as necessidades específicas do órgão ou entidade, sejam elas de ordem técnica ou econômica.

16. Nesse sentido, o órgão policial justifica o nível de exigência das especificações de cor apenas com fulcro na necessidade de padronização da identidade visual da corporação e da subjetividade na identificação das cores, que precisariam ser definidas em termos de atributos objetivos.

17. De fato, inegável a importância de padronização da identidade visual da corporação.

18. No entanto, acompanho as conclusões da Selog de que as "exigências de cor, da forma proposta pela PRF, se mostram excessivas e capazes de restringir a competitividade no certame, principalmente quando há no mercado bens similares, de cor praticamente idêntica, que atenderiam às demais especificações de segurança estipuladas pela Administração".

19. Não há, nos autos, qualquer estudo que justifique a imperatividade de especificar cores com a precisão registrada da NTPRF 109.1, referência técnica para o pregão eletrônico sob análise."

TCU, Acórdão nº 764/2025, Rel. Min. Jorge Oliveira, Plenário, j. 02.04.2025

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. [...] INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DO CERTAME PARA DETERMINADO FABRICANTE. OITIVA DA UNIDADE JURIDICIONADA. NÃO APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS QUE PERMITAM AFASTAR A IRREGULARIDADE APONTADA. [...] PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO E CIÊNCIA.

[...]

"9.4.1 restrição à competitividade e direcionamento do certame, especialmente, em relação aos itens 2, 3, 6 e 8, nos quais as especificações requeridas somente podem ser atendidas pelos equipamentos da fabricante Hewlett Packard (HP), em afronta ao art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei 14.133/2021 e ao princípio da competitividade; e

9.4.2. ausência, nos estudos técnicos preliminares da contratação, da identificação dos diversos modelos existentes no mercado que pudessem atender completamente às especificações exigidas e das justificativas para as exigências restritivas à competitividade, em afronta ao § 2º do art. 9º da Instrução Normativa-Seges/ME 58/2022 e à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 214/2020 – Plenário e 1.973/2020 – Plenário;"

Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024, p. 248.

"Nessa etapa, pode surgir a necessidade de reavaliar os requisitos da contratação, complementando-os, detalhando-os ou simplificando-os. Por exemplo, se for constatado que os requisitos restringem bastante a quantidade de potenciais fornecedores, deve ser avaliado qual(is) dele(s) estão levando a essa maior restrição, para se certificar de que ele(s) de fato é(são) imprescindível(is). Sobre o assunto, na IN – Seges/ME 58/2022, consta que:

Art. 9º § 2º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

Se os requisitos que restringem o nicho de mercado ou elevam os preços forem considerados necessários para atender à necessidade da contratação, eles poderão ser mantidos, desde que acompanhados das devidas justificativas.”

Além dos entendimentos suso, é imperioso reportar, em face de aprendizado, o reconhecimento de **falha/impropriedade** de unidades demandantes em licitações do mesmo objeto - Fuzil de Assalto - calibre 5,56x45mm, **em especificar características construtivas sem o devido lastro nos estudos técnicos preliminares**, conforme trechos a seguir:

TCU, REpr nº 023.160/2024-1, AudContratações – 4ª Diretoria.

[...]

"21.61. Já no caso em apreço, a SENASP insere uma suposta flexibilização da exigência ao permitir a participação de armamentos cujos canos são construídos em aço diverso do CMV, exigindo, para tanto, que o aço ofertado seja superior ao citado, não havendo, por conseguinte, a limitação indevida que se verificou no pregão realizado pela PRF.

21.62. Ocorre que, na prática, **o órgão não definiu qualquer critério objetivo que permita avaliar a superioridade de um material em relação ao outro**; nesse contexto, pode ser aferida sob diversas perspectivas, **podendo levar em conta, até mesmo, características qualitativas que são impertinentes para o objeto pretendido**.

21.63. Assim sendo, **a ausência de critérios objetivos permite que a UJ avalie, de maneira subjetiva, se um material alternativo atende ou não às necessidades do órgão, o que implica afirmar que apenas armamentos com tubo em aço CMV têm a garantia de serem aceitos**.

21.64. Pode-se dizer, portanto, que, apesar da aparente flexibilização verificada no certame em apreço, **a ausência de definição de critérios objetivos para aferição da superioridade do material ocasionou, na prática, a mesma restrição de competitividade identificada no pregão objeto de análise no TC 015.001/2023-7**.

[...]

21.66. Dando continuidade à apreciação da irregularidade alegada, merece destaque que, conforme entendimentos que advêm da ampla análise empreendida no tópico anterior, **exigências no sentido de determinar o tipo de material a ser utilizado no cano do armamento são impróprias, haja vista que são características que não garantem, por si só, que o armamento terá a qualidade pretendida**.

21.67. Rememorando o que foi trabalhado no tópico precedente, **a qualidade e o desempenho do cano do armamento dependem de aspectos que vão além da simples definição do tipo de material a ser utilizado**.

21.69. Portanto, a princípio, julga-se que **essa exigência não é indispensável** à garantia do cumprimento das obrigações e, por conseguinte, pode se considerar que enseja **afronta ao art. 37, inciso XXI da Constituição Federal** [...].

21.70. Assim sendo, tendo em conta que as **exigências relativas ao tipo de material a ser utilizado no cano do armamento são potencialmente restritivas à competitividade e inadequadas para a definição de sua qualidade /desempenho**, haja vista haver outros critérios mais adequados (tal como a vida útil do cano), entende-se que a inserção de tal cláusula, sem a devida justificativa prévia, constitui falha/impropriedade [...].

[...]

96. Todavia, registra-se aqui uma falha formal no TR do PE SRP 90005/2024, o qual não previu a possibilidade de se apresentar cano em aço de qualidade equivalente, similar, e não somente qualidade superior. Ora, por analogia, se há um armamento com composição diferente, mas de qualidade igual/similar, aquele deveria ser aceito. **A ausência desses termos de qualidade “equivalente ou similar” poderia ter causado uma restrição indevida” (grifo nosso)**

Constate-se, portanto, que o rol de características desejáveis previstas inicialmente pelo Grupo de Trabalho, conforme contido do tópico [7.59] ao [7.64] e, após aprofundamento dos estudos que subsidiaram o procedimento de pré-qualificação, sedimentado entre os tópicos [7.69] ao [7.80], são temerários, restritivos e não atendem substancialmente ao principal propósito da aquisição: um armamento com durabilidade, qualidade e desempenho equivalente aos armamentos já existentes no acervo da PF.

A aquisição de novos fuzis de assalto pela Polícia Federal representa uma oportunidade estratégica para equipar a instituição com armamento moderno e tecnologicamente avançado. A análise técnica apresentada demonstra que o mercado atual dispõe de uma variedade de plataformas e sistemas que são plenamente capazes de atender aos rigorosos requisitos de desempenho da PF, superando inclusive o padrão de durabilidade e precisão já estabelecido pelo fuzil HK G36.

A lição fundamental do caso G36 na Alemanha, corroborada pela análise de plataformas concorrentes como o HK416, a família AR-15, o FN SCAR e o CZ BREN 2, é que a eficácia de uma aquisição pública reside na definição de critérios de desempenho e não de especificações de design. A diversidade de soluções disponíveis no mercado, com suas respectivas vantagens e desvantagens, é um indicativo de um ambiente saudável de concorrência.

Em alinhamento com os princípios da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e a jurisprudência do TCU, a condução de um processo licitatório com o máximo de competitividade é a única forma de garantir a proposta mais vantajosa e a segurança jurídica do processo. Editais restritivos, por outro lado, resultam em custos desnecessários, atrasos e riscos operacionais.

Em síntese, apesar das variações, vantagens e desvantagens dos sistemas e plataformas disponíveis no mercado, todos atendem bem às necessidades da Polícia Federal. Portanto, a intenção da instituição é não selecionar um em detrimento de outro, a fim de evitar a redução de potenciais licitantes e a mitigação da competitividade. O que importa, ao final, é manter o desempenho de durabilidade e precisão que o HK G36 já entrega.

Isto posto, e, **se valendo da obrigação da Administração Pública de rever seus atos a qualquer momento, preventivamente todo o caderno de especificação foi revisitado**, conforme Anexo I do Termo de Referência - Caderno de Especificação Técnica e Normas (142151312), visando aumentar a entrada de players que teriam condições de entregar o necessário. Porém, além dessas especificações mais abertas, urgia a necessidade de estabelecer um protocolo de testes os quais deveriam se submeter os licitantes.

14. Levantamento de Mercado

Este capítulo consolida os resultados de prospecções tecnológicas realizadas em eventos de relevância nacional e internacional, com o objetivo de subsidiar os processos de aquisição da Polícia Federal (PF). O levantamento de mercado é um componente mandatório do Estudo Técnico Preliminar (ETP), essencial para definir especificações técnicas, estimar custos e garantir a isonomia e competitividade dos certames. A análise aqui apresentada visa fornecer um panorama abrangente das soluções disponíveis, suas características técnicas, inovações e a adequabilidade ao contexto operacional da instituição.

As informações serão apresentadas em ordem cronológica, iniciando com os achados da feira COP Internacional 2023, realizada em outubro de 2023, e prosseguindo para a LAAD Defense & Security 2025, ocorrida em abril de 2025. Esta abordagem permite visualizar a evolução das tecnologias e o amadurecimento das necessidades institucionais ao longo do tempo, refletindo um processo contínuo de vigilância tecnológica por parte desta Diretoria de Administração e Logística (DLOG/PF).

Evento COP Internacional 2023 (outubro/2023) - Relatório de Prospecção Externa - RPE (32855084)

A prospecção realizada durante a COP Internacional 2023 caracterizou-se por uma análise ampla do mercado, avaliando diferentes plataformas e fabricantes, tanto nacionais quanto internacionais, para identificar soluções robustas e adequadas ao emprego policial geral e especializado.

Springfield Armory (EUA):

A empresa norte-americana Springfield Armory apresentou um portfólio diversificado, destacando-se a linha de fuzis SAINT, baseada na plataforma AR, e o inovador modelo HELLION, em plataforma *Bullpup*. Segundo o fabricante, os armamentos são fabricados com aço CMV (Cromo-Molibdênio-Vanádio), o que lhes confere uma vida útil estimada em 35.000 disparos. O modelo HELLION atraiu particular atenção por seu design *bullpup*, que localiza o sistema de ação e o carregador atrás do gatilho. Esta configuração permite a utilização de um cano de 16 polegadas em uma arma com comprimento total significativamente reduzido, otimizando a manobrabilidade sem sacrificar o desempenho balístico. Tal característica é de grande valia para operações em ambientes confinados (CQB), como edificações ou no interior de viaturas. O armamento apresenta controles totalmente ambidestros, incluindo um sistema de ejeção de estojos reversível, que soluciona uma limitação histórica de plataformas *bullpup* para operadores canhotos. Adicionalmente, possui um regulador de gás com duas posições: "N" (Normal) e "S" (Supressor), permitindo o ajuste fino para o uso com supressores de ruído. A apresentação de plataformas distintas (AR e *Bullpup*) pelo mesmo fabricante sinaliza uma tendência de mercado em oferecer soluções adaptadas a diferentes doutrinas operacionais.







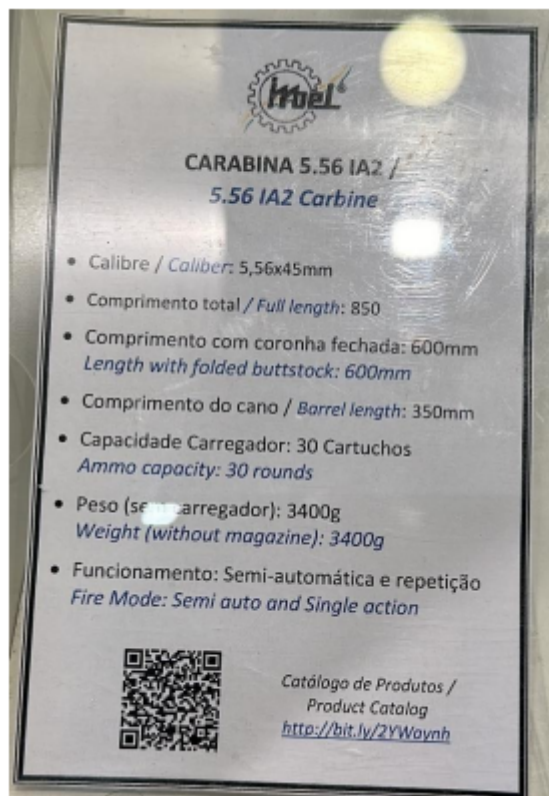
Israel Weapon Industries - IWI (Israel):

A IWI focou sua apresentação no fuzil ARAD, um armamento que vem ganhando espaço no cenário tático brasileiro, tendo sido recentemente adquirido por forças policiais de elite como a Polícia Civil de São Paulo (PCSP) e o Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE/RJ). Esta adoção por pares institucionais serve como uma importante validação de mercado, indicando um bom nível de desempenho e confiabilidade em condições operacionais brasileiras. O ARAD, apresentado com cano de 11.5 polegadas, opera com um sistema de pistão de curso curto. Este sistema é tecnicamente relevante, pois tende a operar de forma mais limpa e fria que o sistema de impacto direto de gases, o que pode resultar em maior confiabilidade sob condições adversas e intervalos de manutenção mais longos. O fuzil é totalmente ambidestro, possui cano intercambiável para os calibres 5.56×45mm e 300 Blackout, e um regulador de gás de duas posições (Normal e Supressor). Com um peso de 2,85 kg (sem carregador), posiciona-se como uma das opções mais leves da categoria.



IMBEL (Brasil):

A estatal brasileira IMBEL apresentou o fuzil IA2 em calibre 5.56×45mm, projetado como substituto do FAL. O armamento opera por aproveitamento indireto de gases via pistão, com ferrolho rotativo. Contudo, a equipe de prospecção identificou pontos críticos que o colocam em desvantagem competitiva frente a modelos internacionais. Com 3,4 kg (sem carregador), o IA2 é consideravelmente mais pesado que seus concorrentes diretos. As observações técnicas apontaram para deficiências de design que impactam diretamente a operacionalidade. Foi notado um "elevado número de peças, dificultando a manutenção do equipamento", e a "falta de uma alavanca de manejo solidária ao transportador do ferrolho (*forward assist*)". A ausência do *forward assist* é uma limitação tática, pois impede que o operador force o trancamento do ferrolho em caso de uma pane de alimentação, uma situação crítica em combate. A complexidade na desmontagem e o peso elevado são fatores que afetam negativamente a eficiência do operador em campo e a logística de manutenção da arma.



Taurus (Brasil):

A Taurus, empresa estratégica de defesa, apresentou seu fuzil T4, disponível com canos de 11.5 e 14.5 polegadas. O armamento opera com sistema de ação direta dos gases sobre o conjunto do ferrolho, similar à plataforma AR-15 original. Este sistema, embora mais leve, tende a introduzir mais calor e resíduos de combustão na câmara, o que pode exigir uma rotina de limpeza mais rigorosa para manter a confiabilidade. Um ponto técnico de grande relevância estratégica foi a informação de que os canos do T4, fabricados em aço 4150, não passam pelo processo de martelamento a frio. O fabricante informou que o maquinário para tal tecnologia foi adquirido, mas a produção só deve iniciar a partir de 2025. Canos martelados a frio são um padrão na indústria de fuzis de alto desempenho, pois geralmente oferecem maior durabilidade e precisão. A ausência desta tecnologia nos modelos atuais pode representar uma desvantagem em termos de vida útil e performance balística quando comparado a concorrentes que já dominam este processo. O peso do armamento é de 3,190 kg (sem carregador).



EVENTO LAAD DEFENSE & SECURITY 2025 (ABRIL/2025) - Relatório de Prospecção Externa - RPE (61306855)

Glock (Áustria):

A empresa Glock, parceira de longa data da PF no fornecimento de pistolas, confirmou seu interesse em competir no certame para o novo fuzil. Foi informado que o armamento está em desenvolvimento há vários anos e se encontra em sua 4ª geração, com a intenção de ser oficialmente lançado ao mercado por meio da participação na licitação da PF. A equipe de prospecção notou uma postura comercial assertiva, com a percepção unânime de que,

para a empresa, "não ser a vencedora do certame 'não é uma opção'". Esta entrada estratégica no mercado de fuzis, utilizando um contrato de alto perfil como o da PF como plataforma de lançamento, indica grande confiança no produto e sugere que a Glock poderá apresentar uma proposta técnica e comercial altamente competitiva.

FN Herstal (Bélgica):

O contato com a FN Herstal revelou uma falha de comunicação que quase excluiu um concorrente de peso do certame. O representante da empresa acreditava que a pré-qualificação seria restrita a modelos da plataforma AR, o que impediria a participação do fuzil FN SCAR®-L Mk2. A equipe da DLOG/PF prontamente esclareceu o equívoco, reforçando o interesse da instituição na participação da empresa e a importância da comunicação ser centralizada por este canal oficial. O modelo a ser ofertado, o FN SCAR®-L Mk2, é um armamento testado em combate e adotado por diversas forças especiais ao redor do mundo. Opera em calibre 5.56×45mm NATO e é oferecido com canos intercambiáveis de 10 polegadas (CQC) e 14.5 polegadas (Standard), cuja troca pode ser realizada pelo próprio operador em menos de 5 minutos. A plataforma é reconhecida por sua robustez e confiabilidade.



	FN SCAR®-L CQC	FN SCAR®-L STD
Calibre	5.56x45mm NATO/.223 Rem	5.56x45mm /.223 Rem
Operating principle	Gas operated, rotating bolt	Gas operated, rotating bolt
Firing Mode	Semi-auto or semi-auto/full auto	Semi-auto or semi-auto/full auto
Weapon length	Extended: 788mm (31.02") Collapsed: 724mm (28.50") Folded: 540mm (21.26")	Extended: 903mm (35.55") Collapsed: 840mm (33.07") Folded: 655mm (25.79")
Barrel length	254mm (10")	368mm (14.5")
Magazine capacity	30 rounds	30 rounds
Weight (without magazine)	± 3.4 kg (± 7.50 lb)	± 3.6 kg (± 7.94 lb)
Cyclic rate of fire	550-650 rounds/min	550-650 rounds/min

SIG Sauer (Alemanha/EUA):

A SIG Sauer manifestou a intenção de participar do certame com o modelo MCX-SPEAR, armamento vencedor do programa Next Generation Squad Weapon (NGSW) do Exército Americano. A proposta representa uma disrupção tecnológica, pois utiliza o calibre proprietário 6.8×51mm. Esta munição, de construção híbrida (parte em latão, parte em aço), é mais leve que a 5.56×45mm, mas possui energia e desempenho balístico superiores ao 7.62×51mm. Apesar do inegável salto de performance, a adoção de tal sistema implica em riscos estratégicos, logísticos e jurídicos de alta magnitude, que foram devidamente ponderados pela equipe de prospecção.

- **Risco Logístico e Dependência de Fornecedor:** A munição é de fabricação exclusiva da SIG Sauer. A adoção deste calibre deixaria a Polícia Federal refém de um único fornecedor, com graves implicações em termos de custo, soberania e disponibilidade de suprimento em longo prazo.
- **Risco Jurídico:** A especificação de um armamento com munição proprietária em um processo licitatório abre precedentes para impugnações judiciais por parte de outros concorrentes, sob a alegação de direcionamento de produto, o que poderia atrasar ou inviabilizar a aquisição.
- **Risco Doutrinário e Operacional:** A introdução de um calibre com tamanha capacidade de perfuração em ambientes urbanos, cenário de atuação predominante da PF, gera preocupação com o "aumento de danos colaterais". A energia superior do projétil aumenta o risco de sobrepenetração, podendo atingir civis ou outros policiais. Sua adoção exigiria uma completa reavaliação da doutrina de uso da força e das regras de engajamento.

A empresa também possui uma versão do MCX em calibre 5.56 NATO, que poderia ser uma alternativa de menor risco para o certame.



Alinhamento com as Necessidades da Polícia Federal

A aquisição de novos fuzis de assalto pela Polícia Federal representa uma oportunidade estratégica para equipar a instituição com armamento moderno e tecnologicamente avançado. A análise técnica apresentada demonstra que o mercado atual dispõe de uma variedade de plataformas e sistemas que são plenamente capazes de atender aos rigorosos requisitos de desempenho da PF, superando inclusive o padrão de durabilidade e precisão já estabelecido pelo fuzil HK G36.

A lição fundamental do caso G36 na Alemanha, corroborada pela análise de plataformas concorrentes como o HK416, a família AR-15, o FN SCAR e o CZ BREN 2, é que a eficácia de uma aquisição pública reside na definição de critérios de desempenho e não de especificações de design. A diversidade de soluções disponíveis no mercado, com suas respectivas vantagens e desvantagens, é um indicativo de um ambiente saudável de concorrência.

Em alinhamento com os princípios da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e a jurisprudência do TCU, a condução de um processo licitatório com o máximo de competitividade é a única forma de garantir a proposta mais vantajosa e a segurança jurídica do processo. Editais restritivos, por outro lado, resultam em custos desnecessários, atrasos e riscos operacionais.

Em síntese, apesar das variações, vantagens e desvantagens dos sistemas e plataformas disponíveis no mercado, todos atendem bem às necessidades da Polícia Federal. Portanto, a intenção da instituição é não selecionar um em detrimento de outro, a fim de evitar a redução de potenciais licitantes e a mitigação da competitividade. O que importa, ao final, é manter o desempenho de durabilidade e precisão que o HK G36 já entrega, ou seja:

Atender ao Anexo I do Termo de Referência - Caderno de Especificação Técnica e Normas;

Realização de Testes de Amostra, conforme Anexo II - Fase Pregão e testes para Recebimento Provisório, conforme Anexo III do do Termo de Referência, como condição de autorização de embarque.

15. Descrição da solução como um todo

Contratação de arma de fogo, tipo fuzil/carabina de calibre 5,56x45 mm - NATO, acompanhadas dos respectivos acessórios e peças de reposição para manutenção preventiva para um programa de até 30.000 disparos ou 15 anos de uso, para dotação do efetivo Policial Federal comum.

Atender todos os requisitos deste Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Anexos correlatos;

Atender ao Anexo I do Termo de Referência - Caderno de Especificação Técnica e Normas;

Realizar de Testes de Amostra, conforme Anexo II - Fase Pregão testes para Recebimento Provisório, conforme Anexo III do do Termo de Referência, como condição de autorização de embarque.

As licitantes estrangeiras deverão prever no preço do objeto o valor do seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os termos internacionais de comércio - INOCNTERM 2010 - *DPU – DELIVERED AT PLACE UNLOADED* - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega na cidade de Brasília-DF, brasil. bem como a "equalização tributária" com fulcro no § 4º, art. 52 da lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, contida no Anexo IV- Modelo de Propostas de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

Treinamento e capacitação

Deverá a licitante contratada fornecer curso(s) para capacitação de até 100 armeiros, podendo ser segmentado em turmas distinta, conduzido pela própria fabricante do armamento, a servidores indicados pela DLOG/PF.

As despesas de transporte, diárias e hospedagem dos membros designados para a capacitação, se for o caso, serão custeados pela Polícia Federal.

16. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Informações sensíveis da Polícia Federal]

17. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 78.350.280,00

O custo estimado total da contratação das armas de fogo, tipo fuzil/carabina de calibre 5,56x45 mm - NATO é de **R\$ 78.350.280,00 (setenta e oito milhões, trezentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta reais)**. conforme tabela abaixo e pormenorizada no Mapa Comparativo de Preços - Pós-Conjur e Nota Técnica - Análise dos preços - Pós Conjur

ÓRGÃO GERENCIADOR						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fuzil/carabina de calibre 5,56x45 mm - NATO	608936	UN	3.000	R\$ 26.116,76	R\$ 78.350.280,00
TOTAL						R\$ 78.350.280,00

18. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento permite que o órgão público ajuste suas despesas ao longo do tempo, de acordo com a disponibilidade orçamentária, sem comprometer a realização do objeto da contratação. O parcelamento facilita a execução do contrato em fases, permitindo que a Administração Pública aloque recursos de maneira gradual, conforme a disponibilidade de crédito orçamentário em diferentes exercícios fiscais.

Sistema de Registro de Preços (SRP), com fundamento no Art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023. A escolha do SRP é estratégica e altamente vantajosa, pois a demanda é recorrente e destina-se a atender a múltiplas unidades administrativas. Este sistema confere agilidade, flexibilidade para aquisições conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, e potencializa a economia de escala, evitando a realização de múltiplos certames para objetos idênticos. A ata de registro de preços terá vigência de um ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, o que assegura estabilidade no planejamento de médio prazo.

Órgãos públicos frequentemente enfrentam limitações em seus orçamentos anuais. Ao dividir a execução do objeto licitado, é possível programar a execução em etapas, ajustando-se ao fluxo de liberação de recursos financeiros e garantindo que os pagamentos sejam feitos dentro da capacidade financeira do órgão.

Parcelar a execução do objeto pode evitar grandes desembolsos de uma só vez, distribuindo as despesas ao longo do tempo. Isso pode ser crucial para a Administração, especialmente em tempos de restrições fiscais ou contingenciamento de verbas.

Ao parcelar, o órgão público pode priorizar certas partes do projeto de acordo com a urgência ou necessidade, postergando partes menos prioritárias para momentos futuros, quando houver maior disponibilidade de recursos.

O parcelamento facilita a compatibilização dos contratos com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo que contratos de maior vulto sejam executados em conformidade com a previsão orçamentária dos anos subsequentes.

No caso de contingenciamentos orçamentários, o parcelamento permite que apenas parte do projeto ou da contratação seja executada, ajustando o desembolso financeiro sem a necessidade de cancelar ou paralisar completamente o projeto.

O parcelamento é uma estratégia que pode não apenas garantir uma execução mais eficiente do contrato, mas também uma gestão orçamentária mais responsável, alinhada com a realidade financeira do órgão público.

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens se mostra tecnicamente viável e não representa perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU), bem como visa a ampliação da concorrência e economicidade do contrato.

19. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas e/ou interdependentes referem-se à necessidade de aquisição de diferentes itens ou serviços que estão relacionados entre si ou que dependem um do outro para a realização de um objetivo comum. Aqui estão algumas considerações sobre essas contratações:

Contratações Correlatas: São aquelas que envolvem produtos ou serviços que, embora possam ser utilizados de forma independente, têm um vínculo que justifica sua aquisição conjunta para otimizar processos e resultados.

Contratações Interdependentes: Refere-se a itens ou serviços cuja execução depende diretamente da realização de outros. Por exemplo, a aquisição de hardware e software que precisa ser instalado e configurado simultaneamente.

Na prática, a identificação de contratações correlatas e interdependentes deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades do projeto, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os orçamentários. A Lei 14.133/2021 permite essa abordagem para promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.

Ou seja, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim como foi certificado a realização de consultas a IRPs e que não havia a época conveniência de participação em eventual IRP em andamento.

A referida aquisição é autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes.

20. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000025/2025

Data de publicação no PNCP: 16/05/2024

Id do item no PCA: 99

Classe/Grupo: 1005 - ARMAS DE FOGO DE CALIBRE ATÉ 120MM

Identificador da Futura Contratação: 200334-50/2025

A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2024/2027 da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes:

Pessoal motivado: Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional;

Apoio logístico efetivo: Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas; e

Credibilidade mantida: Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

Os objetivos estratégicos da Polícia Federal relacionados a este plano são:

- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade.
- Fomentar as ações em benefício da cidadania.
- Conferir efetividade ao emprego dos recursos.

As estratégias são:

- Potencializar as ações de prevenção e repressão à criminalidade com ajuda de novos meios tecnológicos.
- Descapitalizar organizações criminosas e prender seus líderes.
- Reforçar a atuação policial em áreas de fronteira.
- Resguardar os direitos humanos.

21. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de novos fuzis de assalto por meio de uma licitação internacional transcende os benefícios imediatos para a Polícia Federal, gerando um ciclo virtuoso de impactos positivos que alcançam a segurança do policial, a capacidade operacional do órgão, a eficiência do gasto público e, em última instância, a segurança da sociedade brasileira.

Os benefícios diretos para a Polícia Federal são claros e mensuráveis. Em primeiro lugar, a iniciativa garante a **segurança do operador**, substituindo um arsenal obsoleto e fora de garantia por equipamentos novos, confiáveis e com pleno suporte do fabricante. Em segundo lugar, eleva a **capacidade operacional**, estabelecendo a paridade de força com o crime organizado e aumentando significativamente a probabilidade de êxito nas missões de alto risco. Por fim, promove a **uniformidade doutrinária e logística**, ao estabelecer um novo padrão de armamento que simplifica o treinamento, a manutenção e a gestão de peças, eliminando os gargalos e as ineficiências causadas pela existência de 22,4% de armas não padronizadas no acervo.

Para a Administração Pública e a sociedade, os benefícios são igualmente expressivos. A competição em escala global, fomentada pela licitação internacional, tende a resultar na aquisição da melhor tecnologia disponível pelo preço mais competitivo, assegurando a **eficiência e a economicidade** no uso dos recursos públicos, em total alinhamento com o Art. 5º da Lei 14.133/2021. O processo, por sua natureza, garante **transparência e isonomia**, tratando todos os fornecedores globais de forma equânime e fortalecendo a imagem de lisura e probidade da Administração Pública. Em última análise, uma Polícia Federal mais bem equipada e segura de seus instrumentos de trabalho é uma ferramenta mais eficaz no combate a crimes transnacionais, como o tráfico de drogas e de armas, o que se reflete diretamente no **fortalecimento da segurança nacional** e na proteção dos cidadãos.

Benefícios Operacionais e Estratégicos:

Garantia de Confiabilidade e Confiança do Operador: A confiabilidade do equipamento é um fator que pode significar a diferença entre a vida e a morte para um policial em campo. Um fuzil que comprovadamente suporta 30.000 disparos sem falhas estruturais críticas é, por definição, uma ferramenta de alta confiabilidade. Essa certeza se traduz em maior confiança do operador em seu armamento, o que é psicologicamente crucial para a tomada de decisão eficaz em situações de alto estresse. A confiança no equipamento permite que o policial se concentre totalmente na ameaça, sem a preocupação latente de uma possível falha do material.

Manutenção e Elevação da Capacidade Operacional:

O teste de resistência estabeleceu uma linha de base de desempenho (*performance baseline*) para o armamento atualmente em dotação. Exigir que novas aquisições atendam ou superem esse padrão garante que a capacidade operacional da força policial seja, no mínimo, mantida. Isso evita o risco de adquirir um sistema que, embora possa ser mais moderno em outros aspectos, represente um retrocesso em termos de durabilidade e longevidade, o que poderia degradar a prontidão da tropa para missões prolongadas ou de alta intensidade.

Padronização de Treinamento e Doutrina: A consistência na qualidade e durabilidade do armamento é fundamental para a eficácia do treinamento. Quando uma instituição estabelece um alto padrão de durabilidade para todas as suas plataformas de fuzis, os programas de treinamento podem ser mais rigorosos e realistas, sem a necessidade de adaptar os exercícios para acomodar as limitações de um equipamento inferior. Isso permite que os policiais desenvolvam proficiência e "memória muscular" em uma plataforma que sabem que resistirá às exigências do uso contínuo, tanto em treinamento quanto em operações reais.

Em sumariação, como já foi explicitado neste estudo, os resultados que se almejam alcançar com a aquisição proposta são os seguintes:

Equipar as unidades da Polícia Federal com armamento longo, calibre 5,56x45 mm, para uso em missões, diligências, operações policiais e/ou situações inusitadas que possam vir a acontecer com o efetivo policial;

Aumentar o quantitativo de armas em relação à compra anterior, para aumentar a disponibilidade de acesso ao armamento, bem como economia por efeito escala;

Desenvolver as atividades com segurança e confiabilidade no decorrer das missões policiais, resguardando e garantindo a integridade física de todos os envolvidos na ação;

Manter um padrão de qualidade e condições de atendimento às demandas da sociedade em matéria de segurança pública e enfrentamento à criminalidade;

Adequar o quantitativo de armas à demanda atual da Polícia Federal, melhorando a distribuição, disponibilidade e economicidade da compra;

Atender à demanda real de uso do armamento por setores afins e grupos táticos;

Manter disponíveis para uso apenas os armamentos atualizados e capazes de serem operacionalizados.

22. Providências a serem Adotadas

Formalizar a primeira versão da Minuta de Termo de Referência, a devida pesquisa de preços nos moldes determinados pela legislação e submeter os autos para instâncias superiores para apreciação, juntamente com a continuidade dos estudos sobre a matéria para acompanhamento das tendências do mercado e para suprir possíveis necessidades de saneamento processual.

Ademais, a aquisição demanda que o órgão se adeque à MOC 04/2017 DLOG/PF, ou que se edite norma atual no sentido de manter o desfazimento das armas não padronizadas.

Propõe-se realizar a transferência de todo armamento substituído pela aquisição anterior (armas com vida útil expirada e sem garantia) ao SAT/DEOP/COEN/ANP/DGP/PF, para fins de avaliação e classificação para possibilidade de atendimento à logística reversa proposta, provendo da gestão otimização logística, vez que o quantitativo de armamento não padronizado pendente de desfazimento, bem como a gestão do material inservível/perdido impedem uma compra maior, desde que se pretenda obedecer aos critérios utilizados neste estudo.

Esta EPC também vislumbra a necessidade de estudo e planejamento para venda do armamento com garantia expirada por meio de serviço de vendas internacionais para agências de governo, por exemplo GovDeals (<https://www.govdeals.com/index.cfm>), com regras de leilão e sujeito às leis do governo americano. Além de evitar o processo de destruição do armamento fora do prazo da garantia da fábrica pelo Exército Brasileiro, é possível recuperar ou deduzir (em forma de desconto) por arma em compras futuras. O processo é realizado por meio de leilão online que comprem e vendem (em logística reversa) tanto do varejo quanto do setor público por meio de parcerias com fabricantes equipamentos de segurança e defesa (<https://www.allsurplus.com/>).

Também é necessário que se mantenha os estudos para aprimoramento da dotação de produtos controlados pela Polícia Federal, revisando o planejamento estratégico para produtos controlados da instituição.

Ainda, vislumbra-se a necessidade de formação de uma comissão para recebimento e distribuição do novo armamento.

Pleno atendimento à Portaria nº 15.431-DG/PF, de 18 de agosto de 2021 que regulamenta a gestão de armamentos e equipamentos táticos.

A presente aquisição demanda que o Órgão se adeque à dotação própria, conforme legislação vigente referente ao tema.

23. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais significativos resultantes da contratação pretendida.

24. Acesso à informação

Ressalta-se que a Administração observou o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

25. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

25.1. Justificativa da Viabilidade

A análise técnica e jurídica detalhada neste documento demonstra de forma inequívoca que a aquisição de novos fuzis de assalto para a Polícia Federal é uma medida urgente e indispensável. O acervo atual encontra-se em um estado de colapso técnico e funcional, caracterizado pela obsolescência, pelo fim da vida útil, pela falta de garantia e por um déficit quantitativo que deixa a corporação operando com menos da metade da dotação mínima prevista em seus próprios normativos. A necessidade de adquirir 3.000 unidades é uma conclusão matemática e estratégica para reverter esse quadro crítico. A vulnerabilidade na cadeia de suprimentos do atual fornecedor padrão não apenas agrava a urgência, mas também impõe a necessidade de buscar um novo padrão tecnológico de forma aberta e competitiva.

A Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União convergem ao apontar a licitação internacional como o caminho mais legal, eficiente e vantajoso para realizar esta nova padronização. Este procedimento assegura a máxima competitividade, a seleção da proposta verdadeiramente mais vantajosa em um sentido amplo — que engloba tecnologia, custo de ciclo de vida e confiabilidade — e a total transparência do processo, blindando a decisão administrativa contra questionamentos e garantindo o melhor uso do erário.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho da Polícia Federal.

Dessa forma, justifica-se a a necessidade de aquisição desse material por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO INTERNACIONAL, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Diante do exposto, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a solução proposta.**

26. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 07/10/2025 às 17:31:22.

EDUARDO HOFMANN

Agente de contratação

PHILIPE BRITO DE MORAES

Agente de contratação

PAULO ELIAS BEDRAN JUNIOR

Agente de contratação

ILANNA PORTUGAL FERNANDES DA CUNHA

Agente de contratação

EMANUEL PIMENTEL DANTAS

Agente de contratação